

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**PAULO HENRIQUE DA SILVA**

**TECENDO A RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E FOMENTANDO  
A SEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA  
ANÁLISE DE AÇÕES EMERGENCIAIS ARTICULADAS PELO CENTRO DE  
TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA MINEIRA**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2021**

**PAULO HENRIQUE DA SILVA**

**TECENDO A RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E FOMENTANDO  
A SEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA  
ANÁLISE DE AÇÕES EMERGENCIAIS ARTICULADAS PELO CENTRO DE  
TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586t  
2021

Silva, Paulo Henrique da, 1994-

Tecendo a resiliência da agricultura familiar e fomentando a segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19: uma análise de ações emergenciais articuladas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira / Paulo Henrique da Silva. – Viçosa, MG, 2021.

1 dissertação eletrônica (98 f.): il.

Inclui apêndices.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2021.

Referências bibliográficas: f. 89-95.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.156>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Agricultura familiar. 2. Resiliência (Ecologia).
3. Assistência em emergências. 4. Segurança alimentar.
5. COVID-19. I. Freitas, Alair Ferreira de, 1986-.
- II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.
- III. Título.

CDD 22. ed. 338.198151


PAULO HENRIQUE DA SILVA

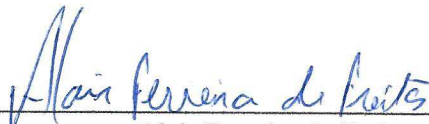
**TECENDO A RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E FOMENTANDO  
A SEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA  
ANÁLISE DE AÇÕES EMERGENCIAIS ARTICULADAS PELO CENTRO DE  
TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de dezembro de 2021.

Assentimento:

  
\_\_\_\_\_  
Paulo Henrique da Silva  
Autor

  
\_\_\_\_\_  
Alair Ferreira de Freitas  
Orientador

*Dedico este trabalho a minha esposa, Isabela,  
e ao meu querido filho, Henrique, os grandes  
amores da minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à Nossa Senhora Aparecida e à Santa Rita de Cássia por terem me guiado e abençoado durante todo o Mestrado. Com o término desse ciclo, fica a certeza de que, mesmo quando as coisas parecem impossíveis, a perseverança e a força de vontade são sentimentos que podem levar a lugares impossíveis.

Durante esse processo, contei com pessoas especiais que tornaram tudo possível, uma delas é o meu pai José Maria (*in memoriam*) que, mesmo não estando presente de forma física, foi muito importante com seus ensinamentos. Agradeço também à minha mãe Léa e ao meu irmão Pedro Luís, que estiveram ao meu lado e sempre me motivaram.

À Isabela, minha esposa, o meu agradecimento especial. Agradeço por ser meu porto seguro, pelas noites em claro, pelo companheirismo, pela paciência, pelo amor e, por fim, por ter me incentivado nos dias em que chegava cansado do trabalho, trocando o lazer e o descanso para estar ao meu lado e me apoiar com todo carinho. Ao meu filho Henrique, que foi minha grande inspiração mesmo antes de nascer.

Também agradeço ao meu sogro Cláudio e à minha sogra Andréa, a minhas cunhadas Isadora e Iasmim e ao meu cunhado Emerson, que sempre estiveram me incentivando e mandando mensagens de apoio até o fim desse ciclo. Meu agradecimento especial à minha prima Joyce por todo apoio e incentivo. Agradeço também aos demais familiares, que estiveram comigo em diversos momentos.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que acompanharam toda minha trajetória acadêmica, seja na graduação, seja na pós-graduação, principalmente Kheyffad, Mariana, Miria, Débora, Maxwell, Elias, Lucas, Fabrício, Alvino, Parley, Érica, Nathalie, Rafaela e Almiro.

Ao meu orientador, professor Alair de Freitas, meu muito obrigado pela confiança, amizade, paciência e por ser um orientador que sempre me motivou a seguir nessa caminhada. Agradeço a todos que contribuíram em diferentes momentos para a construção deste trabalho, em especial ao professor Gabriel Murad, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), aos professores Alan Ferreira e Luana dos Santos, do Departamento de Administração e Contabilidade (UFV), ao Dr. Alex Macedo (Sistema OCB) e ao Dr. Gabriel Bianconi (CTA-ZM).

A minha eterna gratidão ao *Centro de Tecnologias Alternativas* e a todos os amigos e amigas que foram fundamentais nesse processo. Agradeço o companheirismo, todos os

aprendizados diários, tantas mensagens e demonstrações de apoio e por compreenderem as minhas ausências no período de finalização desta etapa. O CTA-ZM tornou-se uma grande escola na qual eu tenho a oportunidade de crescer cada dia mais, pessoalmente, profissionalmente e espiritualmente. Agradeço imensamente também as cooperativas e associações e aos colaboradores do CTA-ZM que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser construído.

A todos os funcionários e professores do PPGER, agradeço o suporte que oferecem aos alunos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Estendo os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que não mencionei, mas que de alguma forma colaboraram para a conclusão do meu Mestrado em Extensão Rural.

## RESUMO

SILVA, Paulo Henrique, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2021. **Tecendo a resiliência da agricultura familiar e fomentando a segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19:** uma análise de ações emergenciais articuladas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira. Orientador: Alair Ferreira de Freitas.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar duas ações emergenciais de compras de alimentos da agricultura familiar, articuladas durante a pandemia da Covid-19, pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), buscando compreender como essas ações e as redes sociais configuradas a partir delas influenciam para a resiliência da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais. Foram analisadas as ações da Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da UFV, viabilizado por meio de emendas parlamentares. Essas ações ocorreram durante o ano de 2020 e foram fundamentais para o escoamento da produção da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, contribuíram para o acesso a alimentos de qualidade pelas famílias que mais necessitavam. De forma específica, pretende-se: (i) descrever o processo de organização e a operacionalização das ações emergenciais de compra e distribuição de cestas agroecológicas; (ii) mapear a rede de atores envolvidos nos projetos e os papéis desempenhados por eles nas ações emergenciais; (iii) compreender a contribuição dos projetos para fortalecimento e resiliência da agricultura familiar agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais; e (iv) identificar as dificuldades e limitações enfrentadas pela rede para execução dos projetos. Metodologicamente, como *corpus* de análise, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com representantes das cooperativas e das entidades organizadoras das ações e documentos disponibilizados pelas organizações. A definição de todos os entrevistados se deu por amostragem não probabilística por acessibilidade. Selecionou-se os representantes do CTA-ZM que se disponibilizaram a participar das entrevistas e estiveram envolvidos diretamente na implementação das ações, e o critério de seleção dos indivíduos das organizações se deu por contatos realizados previamente com organizações que participaram das duas ações. Destaca-se o CTA-ZM nas iniciativas analisadas como principal ator na realização das entregas via ação FBB e também representando um papel importante no PAA/UFV. Percebeu-se, também, a importância das compras para a agricultura familiar, que haviam sido afetadas com a paralisação dos principais mercados acessados. Houve uma grande preocupação sobre quais seriam as formas de sobrevivência dos agricultores familiares e suas organizações. Ações do FBB e PAA/UFV foram essenciais para a geração de renda no meio

rural durante a pandemia. Nesse contexto, notou-se que as principais reestruturações da agricultura familiar resultantes dessas duas ações foram: (i) a organização socioprodutiva nas formas de comercialização, fortalecendo os circuitos de comercialização, por meio de mercados regionais e locais, e reforçando articulações sociais; e (ii) políticas fundamentais para a garantia da resiliência da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Resiliência. Ações Emergenciais.

## ABSTRACT

SILVA, Paulo Henrique, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December 2021. **Weaving the resilience of family farming and fostering food security during the Covid-19 pandemic: an analysis of emergency actions articulated by the Center for Alternative Technologies in the Zona da Mata mineira.** Advisor : Alair Ferreira de Freitas.

The present research aims to analyze two emergency food purchases from family agricultural actions, articulated during the Covid-19 pandemic, by the Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), seeking to understand how these actions and social networks developed from them for the resilience of family farming in the Minas Gerais Zone. These were the actions of the FBB and the PAA/UFV, made possible through parliamentary amendments. 2. Specifically, it is intended to (i) describe the process of organization and operationalization of emergency actions for the purchase and distribution of agroecological baskets; (ii) mapping the network of actors involved in the projects and the actors played by them in emerging actions; (iii) understand the contribution of projects to strengthening and resilience of agroecological family farming in the Zona da Mata of Minas Gerais; and (iv) identify the difficulties faced by the network in carrying out the projects. Methodologically, semi-structured interviews were used with representatives of the cooperatives and representatives of the organized entities of the actions and documents made available by the organizations were disclosed. The definition of all insurance was not probabilistic due to accessibility. Sele-Z CTA-Z representatives offer the implementation of the two organizations to participate in the consultations and offer solutions offered directly in the implementation of the two selection actions that participated of the organizations to participate and to make available the proposals offered with the organizations who participated through the choice of organizations. The role of CTA-ZM in FBB initiatives is highlighted, being the main one in carrying out the deliveries made by the FBB action and also an important role in the PAA. It was noticed the importance of purchases for family farming, which were judged with the stoppage of the main accessed markets. There was great concern about the ways in which family members and their associations survive. Actions such as FBB and PAA/UFV were essential for income generation in rural areas during the pandemic. In this, it is said that as the main results of two structures of social actions, the productive social organization, in the forms of transformation of promotion,

strengthening the promotion circuits through regional and local markets, reinforcing the articulations and policies to guarantee the promotion of actions social. of family farming.

Keywords: Family Farming. Resilience. Emergency Actions.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Zona da Mata de Minas Gerais .....	47
Figura 2- Processo de mediação para distribuição de alimentos .....	50
Figura 3 – Mapa de distribuição dos kits de alimentos PAA/UFV .....	61
Figura 4- Categorização de atores do processo de implementação das ações emergenciais....	65
Figura 5 – Organizações parceiras na implementação da ação emergencial da FBB .....	67
Figura 6 – Organizações parceiras na implementação da ação emergencial da PAA/UFV .....	69
Figura 7 – Formas de comercialização encontradas pela agricultura familiar durante a pandemia .....	74
Figura 8 – Dificuldades enfrentadas para a execução da ação FBB.....	80
Figura 9 – Dificuldades enfrentadas para execução da ação PAA/UFV .....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Exemplos de ações emergenciais implementadas no Brasil durante a pandemia da Covid-19.....	22
Quadro 2	Codificação dos entrevistados representantes das organizações da agricultura familiar.....	42
Quadro 3	Fonte dos dados para análise .....	43
Quadro 4	Análise comparativa entre as duas ações.....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação de produtos comprados para ação da FBB.....	51
Tabela 2	Relação de EPIs comprados.....	53
Tabela 3	Composição final do recurso .....	54
Tabela 4	Relação de alimentos comprados para ação do PAA/UFV .....	57
Tabela 5	Lotes de distribuição dos produtos e valor total por lote.....	60
Tabela 6	Relação de pessoas beneficiadas por instituição assistida .....	62

## LISTA DE SIGLAS

AAID	<i>Action Aid</i> Brasil
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACAMARE	Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem
ACAT	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa
AMA	Articulação Mineira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APOV	Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa
ASAV	Associação dos Servidores Administrativos da Universidade Federal de Viçosa
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCENTRA	Cooperativa Camponesa Central de Minas Gerais
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CSAs	Comunidades que Sustentam a Agricultura
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUFA	Central Única das Favelas
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EEXs	Entidades Executoras
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI	Equipamento de Proteção individual
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBB	Fundação Banco do Brasil
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAELA	Movimiento Agroecológico de América Latina y El Caribe
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MOBILE	Mobilização Educativa Maria da Conceição Gomes Batalha

MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPM	Pão Para o Mundo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SPG	Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMAS DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA .....	21
2 OBJETIVOS.....	25
2.1 OBJETIVO GERAL .....	25
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	25
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
3.1 SOCIOLOGIA ECONÔMICA, REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL.....	26
3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA .....	30
3.3 RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19 .....	35
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	39
4.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	41
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	44
4.3 O CTA-ZM E AS AÇÕES EMERGENCIAIS.....	46
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	49
5.1 AÇÃO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL.....	49
5.2 AÇÃO DO PAA/UFV .....	55
5.3 REDES DE ATORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES .....	64
5.4 RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 .....	72
5.5 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES ENFRENTADAS PELA REDE PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES .....	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	86
REFERÊNCIAS .....	89
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	96
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS ORGANIZAÇÕES ARTICULADORAS.....	98

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, no cenário mundial, emergiu a pandemia da Covid-19, com os primeiros casos registrados na província de Hubei, em Wuhan, na China. Com a globalização, a capacidade de circulação do vírus foi intensificada, difundindo-se pelo planeta de forma ágil. No Brasil, os primeiros registros de contaminação ocorreram no final de fevereiro de 2020, alcançando, rapidamente, grandes proporções no país.

A pandemia da Covid-19 tem exposto diversas dificuldades enfrentadas pela sociedade e aprofundado desigualdades históricas. Segundo o Inquérito Nacional da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar de 2021, no Brasil, cerca de metade da população está em situação de insegurança alimentar, retrocedendo a níveis de fome do ano de 2004, quando o país ainda estava no mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) (REDE PENSSAN, 2021).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar também discute as vulnerabilidades sociais causadas pela pandemia da Covid-19, especialmente em relação à segurança e à soberania alimentar. Na pesquisa realizada pela Rede Penssan, foi possível analisar a segurança alimentar comparando-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2004 com dados da pesquisa de 2020 (ano de eclosão da pandemia).

De acordo com essa pesquisa, 35,2% dos lares brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar no primeiro contexto e, durante a pandemia, 55,2% dos lares estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 9% estavam em situação grave, convivendo com a fome (REDE PENSSAN, 2021). Aproximadamente 116,8 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar, seja leve, moderada ou grave. Conforme apontado no Inquérito: “É de muita gravidade e preocupante a situação de baixo acesso aos alimentos por grande parcela de brasileiros(as). Atualmente, milhões de brasileiros sofrem o impacto das crises econômica, política e, agora, sanitária, em curso” (REDE PENSSAN, 2021, p. 35).

Além disso, nos domicílios do meio rural, essa situação também é preocupante, uma vez que 12% dos lares (aproximadamente 3,7 milhões) estavam convivendo com a fome, classificados em situação de insegurança alimentar grave. Os piores índices concentram-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ainda segundo o Inquérito, no meio rural, a insegurança alimentar é decorrente da diminuição dos preços dos produtos comercializados, que afetou a produção e a comercialização.

Uma das principais preocupações em torno da crise alimentar são os altos índices de indivíduos em situação de insegurança alimentar e a consequência dessa situação para a saúde

e nutrição humana. As pessoas ficam mais vulneráveis às doenças e à desnutrição, prejudiciais ao sistema imunológico, aumentando assim os riscos de desenvolverem sintomas graves de Covid-19, por exemplo (ONU, 2021).

No Relatório Global da ONU de 2020, intitulado Crise Alimentar, é evidenciado que, apesar de a pandemia devastar os meios de subsistência e a segurança alimentar, já se previa uma possível crise alimentar no ano de 2020, em decorrência de uma série de conflitos, crises e devastações ambientais que afligem o mundo moderno. Schappo (2021) acredita que a fome e a insegurança alimentar no Brasil foram apenas agravadas com a pandemia da Covid-19, uma vez que tal situação possui raízes históricas, intensificadas, principalmente, após o ano de 2014, com a redução de recursos destinados pelo Governo Federal a políticas sociais e a programas de transferência de renda.

Segundo Schappo (2021), é necessário discutir planos e estratégias emergenciais articuladas de combate à fome e à insegurança alimentar, que não sejam apenas ações pontuais de distribuição de cestas industrializadas, mas sim de acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. Para o autor, os movimentos sociais, sindicais e entidades que representam a agricultura familiar têm desenvolvido ações emergenciais para redução dos impactos causados pela pandemia, e isso exige repensar aspectos como uso da terra, o território e os vínculos com as populações urbanas, o cuidado com os bens comuns e o incentivo à agroecologia.

No entanto, as ações do Governo Federal brasileiro foram mínimas no combate ao novo coronavírus. Segundo Mattei (2020), o país não apresentou um plano global para amenizar os efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia. Para o autor, as medidas anunciadas pelo Governo Federal não protegem as pessoas mais vulneráveis deste país marcado, historicamente, por uma enorme desigualdade social.

As propostas de reduzir jornadas de trabalho e salários, o oportunismo do setor empresarial para precarizar as condições de trabalho, a falta de ações efetivas voltadas aos trabalhadores informais e micro e pequenos empresários, os auxílios emergenciais que não abarcam toda a população necessitada e o veto à proposta do “plano de socorro” aos agricultores familiares expuseram boa parte da população brasileira a situações de desamparo (MATTEI, 2020).

No caso da agricultura familiar, as consequências da pandemia no acesso aos mercados foram praticamente imediatas. A suspensão das aulas e de canais de comercialização direta, como mercados e feiras locais, acabaram desestruturando as compras do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE)<sup>1</sup> e impactaram, negativamente, os sistemas de abastecimento alimentar locais e a agricultura familiar (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

Antes da eclosão da pandemia da Covid-19, políticas públicas de compras governamentais no Brasil, como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>2</sup>, já eram fundamentais para a garantia da segurança alimentar. Esses dois programas são institucionalizados pelo Governo Federal e executados nos estados e municípios. Conforme apontam Sambuichi *et al.* (2020), a operacionalização do PAA tornava-se necessária no contexto da pandemia, com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento econômico e social, beneficiando dois públicos impactados: os agricultores familiares, que conseguiriam escoar os seus produtos, e as famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a diminuição da pobreza e da fome.

Segundo Schneider *et al.* (2020), com a institucionalização da Resolução nº 2/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tentou-se incluir produtos da agricultura familiar na distribuição de gêneros alimentícios aos alunos da rede pública de ensino do país, conforme artigo 5º: “Sempre que possível, a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar deverá ser mantida, priorizando-se a compra local”. No entanto, parte dos estados e municípios optaram por adquirir alimentos ultraprocessados de grandes redes varejistas ou utilizar os recursos financeiros para criar um “auxílio-merenda”.

Tal opção foi prejudicial em dois aspectos: a geração de renda e a comercialização de alimentos pelos agricultores familiares, que dependiam do mercado institucional, foram afetadas pela capacidade limitada de compra da agricultura familiar pelo PNAE; e a insegurança alimentar, causada pela redução do consumo de alimentos em qualidade, quantidade e diversidade no campo e na cidade.

Os cortes de recursos do PAA também trouxeram impactos significativos para a continuidade dessas políticas públicas em tempos de pandemia. De acordo com Sambuichi *et*

---

<sup>1</sup> O PNAE, institucionalizado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, é uma política pública de compra governamental que determina que ao menos 30% dos produtos direcionados para a alimentação devem ser adquiridos da agricultura familiar e suas organizações coletivas - grupos informais, associações e cooperativas. Comprar da agricultura familiar para a alimentação escolar apresenta benefícios não apenas para os alunos que consomem os produtos, mas também à agricultura familiar, que relata benefícios socioprodutivos de diversificação das produções, de desenvolvimento rural sustentável e de aumento do poder de compra dos agricultores familiares (MOREIRA *et al.*, 2021).

<sup>2</sup> O PAA é considerado a primeira política pública de compra governamental de produtos da agricultura familiar. Foi instituído em 2003, por meio da Lei nº 10.696. Um dos principais objetivos desse programa é promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares e garantir à população o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. Assim, apresenta como beneficiários diretos os agricultores familiares (os fornecedores) e as pessoas em situação de risco alimentar (os consumidores), atuando por meio de diversas modalidades e formas de implementação (SAMBUICHI *et al.*, 2020).

*al.* (2020), a crise sanitária e as medidas necessárias de prevenção decorrentes da pandemia dificultaram a comercialização dos produtos da agricultura familiar, que atendia restaurantes populares, escolas (por meio do PNAE) e feiras, os quais foram paralisados. Assim, a distribuição e a comercialização de produtos da agricultura familiar sofreram impactos com as medidas tomadas para conter a proliferação do novo coronavírus.

Em relação ao PAA, especificamente, apesar de sua importância para a segurança alimentar do país, os cortes de recursos do programa demonstravam que apenas sua execução isolada não seria solução para minimizar impactos da pandemia. Em 2021, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) repassou R\$223,2 milhões para a execução do PAA, menor valor repassado comparado aos anos de 2011 a 2018 (SAMBUICHI *et al.*, 2020; CONAB, 2021). Além disso, Mattei (2020) relatou que o Governo Federal do Brasil não desenvolveu outras políticas públicas específicas para o combate à fome e à pobreza, agravadas pela pandemia. Dessa forma, ações emergenciais foram essenciais para apoiar famílias agricultoras, produtoras de alimentos, e famílias beneficiadas, consumidoras dos produtos.

A carta “Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!”<sup>3</sup>, de 2020, foi assinada por diversas entidades brasileiras, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Essa carta apontava a necessidade de discutir ações emergenciais de garantia da dignidade humana. Dentre as reivindicações apresentadas, estavam a necessidade de adequação das estratégias de continuidade do PNAE, para garantir o acesso de mais de 40 milhões de estudantes a alimentos saudáveis; a continuidade, ampliação e adequação da distribuição de alimentos; e a adoção de medidas para garantir o abastecimento alimentar, priorizando os alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Entidades de representação e de luta da agricultura familiar reforçaram a importância de adquirir os alimentos produzidos localmente, sendo essa estratégia importante para o escoamento da produção dos agricultores, a garantia de acesso a alimentos de qualidade, bem como a geração de renda, pois, além de encurtar a cadeia de comercialização dos alimentos, permite que a população rural tenha acesso aos recursos financeiros para suprir suas necessidades (SAMBUICHI *et al.*, 2020). Segundo Schneider *et al.* (2020), notou-se que a

---

<sup>3</sup> A carta está disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-SAN-e-Combate-a-fome-em-tempos-de-Coronav%C3%ADrus-correto.pdf-2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

produção dos alimentos no país não foi afetada pela pandemia; o que se agravou foram as dificuldades de escoamento da produção, a logística de acesso e as contaminações em unidades de processamento.

Apesar de autores como Schappo (2021) evidenciarem que as ações de combate à fome e à insegurança alimentar, em tempos de pandemia, deveriam ser prioridade política para a aplicação de recursos públicos emergenciais na proteção à vida, o que se percebeu foi uma realidade inversa. Para Filho e Júnior (2020), justamente na pandemia, uma crise global, o cenário brasileiro é de enfraquecimento do papel do Estado, principalmente do Poder Executivo Federal, e de fortalecimento dos movimentos sociais, sindicatos, universidades, partidos políticos, organizações sociais e associações que se posicionaram em defesa da vida e desenvolveram ações para atendimento das necessidades materiais dos indivíduos e grupos desfavorecidos.

Respostas emergenciais, mesmo que de forma pontual e em locais específicos, foram implementadas na tentativa de amenizar as dificuldades de abastecimento alimentar e de comercialização da agricultura familiar e a ausência do Estado. Diante do panorama de agricultores familiares sem destinação dos produtos e de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional em diferentes municípios do país, formaram-se redes para operacionalização de ações emergenciais.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foram distribuídas cerca de quatro toneladas de alimentos agroecológicos a 231 famílias em situação de insegurança alimentar, por meio de ações da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, uma associação de direito civil sem fins lucrativos. Já em Macaé-RJ, 30 famílias foram beneficiadas com a entrega de cestas agroecológicas, por meio do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (AS-PTA, 2021).

No Nordeste do país, o Centro Sabiá, uma Organização Não Governamental (ONG) da cidade de Recife, coordenou a entrega de 1.800 cestas agroecológicas às comunidades da cidade, somando mais de 40 toneladas de alimentos a 3.600 pessoas de cinco municípios da Região Metropolitana do Recife, em comunidades do Recife, Olinda, Paulista, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho. Ações nesse sentido reforçam a importância e a necessidade de atuação de organizações como mediadoras entre os diversos atores sociais envolvidos na garantia da soberania alimentar e nutricional (CENTRO SABIÁ, 2020).

Apesar da importância de debater as experiências de ações que contribuem com a segurança alimentar e nutricional no Brasil, no contexto alarmante da pandemia, ainda são escassos os estudos acadêmicos que sistematizam tais experiências. Identificou-se o estudo de Fuetemma *et al.* (2020), que concluiu que agricultores familiares dos estados do Amazonas, Pará

e São Paulo superaram alguns dos desafios impostos pela pandemia, principalmente por meio de ações solidárias e coletivas.

A pesquisa de Fernandes, Silva e Carmo (2021) analisou o impacto da pandemia na alimentação de qualidade dos trabalhadores do campo e da cidade, e os caminhos construídos pelos movimentos socioterritoriais, especialmente de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) do estado de São Paulo, visando contribuir com a segurança alimentar de comunidades de baixa renda no Brasil. Tittonell *et al.* (2021) também pesquisaram experiências da agricultura familiar e dos movimentos agroecológicos para superação das ameaças e limitações à segurança alimentar nos primeiros três meses da pandemia em diferentes países da América Latina, como Argentina, Brasil e México.

No entanto, foi possível notar que, como a temática é relativamente recente, ainda não foram publicadas teses e dissertações que abordam tais questões. No geral, os estudos mapeados não apresentavam um aprofundamento teórico e empírico das experiências, tampouco expunham diferenciações e convergências entre ações emergenciais. Além disso, não intensificaram as discussões sobre as redes de atores envolvidos nos processos de aquisição e distribuição das cestas e kits agroecológicos, demonstrando um campo analítico que ainda deve ser explorado.

## **1.1 PROBLEMAS DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA**

Com o difícil momento vivenciado pela população das grandes cidades, com a paralisação de diversos postos de trabalho, e pela população do campo, com dificuldades de escoamento da produção devido à paralisação das políticas públicas de compra governamental durante a pandemia da Covid-19, surgiram diversas iniciativas consideradas “Ações Emergenciais”. Essas ações buscaram, de forma pontual, sanar as dificuldades encontradas com a aplicação de recursos para a compra e distribuição tanto de alimentos quanto de produtos de higiene para pessoas em vulnerabilidade. As ações foram realizadas por ONGs financiadas por editais que surgiram a partir da identificação de demandas emergentes causadas pela pandemia.

De acordo com um levantamento realizado pela Plataforma Atados Brasil (2021), durante a pandemia, grande parte das ONGs passaram a desenvolver ações emergenciais, principalmente com a distribuição de cestas básicas, roupas e materiais de higiene para famílias e comunidades que necessitavam de um apoio assistencial. Em alguns casos, foi constatado que houve uma mudança na forma de atuação dessas organizações que, antes, não atuavam nessa perspectiva assistencialista.

De modo geral, as experiências classificadas aqui como ações emergenciais são projetos ou ações pontuais que surgiram durante a pandemia, experiências de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia presenciadas em diferentes estados do Brasil. O Quadro 1 apresenta alguns exemplos de campanhas e ações desenvolvidas pelo país, suas finalidades e públicos beneficiados. Apesar das ações serem isoladas, muitas vezes implementadas em âmbito local ou regional para atender demandas emergentes e de curto prazo, elas foram fundamentais para que alimentos de qualidade chegassem às mesas de milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social, em um momento de agravamento da pandemia da Covid-19.

Quadro 1 – Exemplos de ações emergenciais implementadas no Brasil durante a pandemia da Covid-19

CAMPANHA/AÇÃO	FINALIDADE	ESTADO
Campanha "Proteja e Salve Vidas"	Ação financiada pela Fundação Banco do Brasil (FBB). Teve o investimento social de R\$ 694 mil para doação de 6.213 cestas básicas, cerca de 124 toneladas de alimentos, e 31 mil itens de higiene distribuídos a famílias camponesas de comunidades rurais. Além disso, a agricultura familiar recebeu incentivo financeiro a partir da compra de produtos agroecológicos como forma de manutenção à economia solidária.	Tocantins
Campanha de Solidariedade da Rede Bico Agroecológico	Distribuição de cestas agroecológicas a mais de 6 mil pessoas. As cestas, compostas por alimentos produzidos por agricultores familiares e quebradeiras de coco, foram distribuídas para famílias em situação de vulnerabilidade.	Tocantins
Campanha Bahia Solidária	Apoiada pelo Comitê Popular Solidário da Bahia e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), visava atender famílias de baixa renda, distribuindo aproximadamente 12 mil cestas de alimentos e kits de higiene.	Bahia
Distribuição de cestas - Ações de assistência social e saúde do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)	O Centro Sabiá, com o apoio da FBB e da Misereor, articulou a compra de alimentos agroecológicos de famílias agricultoras na Zona da Mata Sul, Sertão do Pajeú, Araripe e estado de Sergipe. Distribuiu aproximadamente 43 toneladas de alimentos agroecológicos a famílias em situação de insegurança alimentar.	Pernambuco

CAMPANHA/AÇÃO	FINALIDADE	ESTADO
AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia	Foram distribuídas cerca de 4 toneladas de alimentos agroecológicos a 231 famílias em situação de insegurança alimentar.	Rio de Janeiro
Campanha emergencial “Comida para quem precisa de comida de verdade”, parceria entre <i>Greenpeace</i> Brasil, Movimento Sem-Terra (MST), Rede Maniva e Central Única das Favelas (CUFA)	Em apenas uma etapa, a campanha beneficiou mais de 800 famílias com a distribuição de alimentos agroecológicos para famílias periféricas, em situação de vulnerabilidade e fome.	Ceará, Pernambuco, Amazonas, Pará, Paraíba, Rondônia, Tocantins, Alagoas e Piauí.

Fonte: APA-TO (2020); FBB (2020), CENTRO SABIÁ (2020); SASOP (2020); GREENPEACE (2021); AS-PTA (2021).

As experiências supracitadas têm em comum o envolvimento de redes de implementação para que as ações emergenciais acontecessem. A partir dos relatos apresentados em estudos e em documentos institucionais, nota-se que, de modo geral, essas ações foram mediadas por agentes não governamentais, especialmente ONGs, apoiadas principalmente por entidades financiadoras de investimentos sociais. Todas essas experiências tinham como principal fornecedor a agricultura familiar e suas organizações econômicas coletivas (associações e cooperativas). Além desses atores centrais, outros atores participaram, contribuindo no processo de execução, na compra e na logística de distribuição e entrega.

No estado de Minas Gerais, o CTA-ZM, localizado em Viçosa, também atuou de forma a colaborar com duas extremidades afetadas pela pandemia. Por meio de editais de financiamento, o CTA-ZM realizou a montagem de cestas e kits com alimentos agroecológicos de agricultores familiares para distribuição às famílias que necessitavam de auxílio alimentar durante a pandemia do coronavírus.

Uma das ações foi financiada pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e a outra por emendas parlamentares de quatro deputados federais, Rogério Correia, Patrus Ananias, Leonardo Monteiro e Padre João, integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Câmara dos Deputados, que subsidiaram as ações que ficaram conhecidas como “PAA/UFV”, que não foi executado pela Conab, responsável pela operacionalização PAA em âmbito nacional. É justamente por este motivo que, neste trabalho, refere-se ao PAA/UFV como uma

ação emergencial, não como uma compra para o mercado institucional de alimentos do Governo Federal.

Juntas, as ações da FBB e do PAA/UFV forneceram cerca de R\$420 mil para aquisição de aproximadamente 54 toneladas de alimentos agroecológicos produzidos pela agricultura familiar. As ações não se direcionavam apenas a distribuição de alimentos, mas sim a alimentos saudáveis e produzidos pela agricultura familiar do estado de Minas Gerais. Assim, o propósito foi fortalecer as famílias agricultoras e, ao mesmo tempo, contribuir para a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de insegurança alimentar.

Esse cenário suscita questionamentos que induzem processos de pesquisa para revelar a dinâmica das ações emergenciais e os processos sociais que lhes fundamentam. Esta pesquisa edifica-se a partir das seguintes questões, que explicitam seu recorte analítico: Como foram executadas duas ações emergenciais que apoiaram a agricultura familiar e forneceram alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar durante a pandemia? Como foram configuradas as redes sociais sobre as quais essas duas ações foram operacionalizadas? Que atores as integram e que papéis eles assumem? Como as ações emergenciais e as redes de atores envolvidos influenciaram a resiliência da agricultura familiar durante a pandemia?

Essas perguntas são ainda mais significativas quando associadas ao contexto da agricultura familiar no Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, um território assim classificado pela marcante presença de famílias produzindo alimentos saudáveis de forma sustentável.

Diante desse contexto, este estudo pode também colaborar empiricamente para que outras instituições se mobilizem para gerenciar, organizar e construir uma rede de atores e processos importantes para fornecer alimentos de qualidade aos cidadãos brasileiros, especialmente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica e insegurança alimentar. Além disso, de forma teórica, é possível aplicar conceitos como agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar, redes sociais e resiliência ao contexto da pandemia.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar duas ações emergenciais de compra de alimentos da agricultura familiar, articuladas durante a pandemia da Covid-19, pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), buscando compreender como as ações e as redes sociais configuradas a partir delas influenciam para a resiliência da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever o processo de organização e operacionalização de duas ações emergenciais de compra e distribuição de cestas e kits agroecológicos;
- Mapear a rede de atores envolvidos nos projetos e os papéis desempenhados por eles nas ações emergenciais;
- Compreender a contribuição dos projetos para fortalecimento e resiliência da agricultura familiar agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais;
- Identificar as dificuldades e limitações enfrentadas pela rede para execução dos projetos.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção apresenta uma reflexão teórica e está dividida em três tópicos. Para compreender as duas ações emergenciais, discute-se alguns elementos teóricos, como a segurança alimentar e nutricional e as contribuições da agricultura familiar à agroecologia para alcançá-la. Além disso, aborda-se a importância da discussão das redes sociais e do capital social para a articulação de atores para o acesso de recursos, informações e fortalecimento das relações sociais. Articula-se também, nesta discussão, o conceito de resiliência, para refletir sobre a relevância da atuação em redes para superação de adversidades pela agricultura familiar durante a pandemia.

### 3.1 SOCIOLOGIA ECONÔMICA, REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL

A sociologia econômica tem se apresentado como importante subgrupo das teorias sociais, pois os sociólogos, cada vez mais, aprofundam-se em aspectos das relações sociais para explicar a economia. Estudiosos da sociologia econômica, como Polanyi, Weber, Granovetter, Durkheim, seguidos por autores contemporâneos, têm desafiado e criticado a separação da economia da sociedade. A ideia central discutida por esses autores foca na imersão da sociologia na economia, compreendendo que os arranjos sociais possuem capacidade de constranger, possibilitar, complementar ou até mesmo conceber fenômenos econômicos (FLIGSTEIN; CYRUS, 2015).

Nessa perspectiva, destacam-se elementos de relacionamento, como confiança e má-fé, presentes em grande parte das transações econômicas, mas que são invisibilizados e ignorados pelos estudiosos das teorias econômicas. Segundo Granovetter (2005), as análises econômicas convencionais não levam em consideração questões como identidades e relações entre indivíduos negociantes, como compradores e vendedores. Porém, os indivíduos utilizam seus conhecimentos prévios para tomar decisões racionais.

Fligstein e Dauter (2012) esclarecem que a imersão social está baseada no mecanismo da confiança e na sua capacidade de unir compradores e vendedores. Nesse caso, os laços fortes, que segundo Granovetter (1973) são relacionamentos entre atores situados em grupos muito específicos, densos e fechados, foram essenciais para confiar em qualquer transação, uma vez que assim os indivíduos têm menos propensão em trapacear. A confiança estabelecida em relações interpessoais anteriores, seja do próprio indivíduo, seja de seus informantes, é considerada aspecto importante em uma negociação (GRANOVETTER, 2005).

Polanyi (2000) retrata um duplo movimento ocorrido no século XIX, tendo de um lado os mercados que se espalharam por todo o planeta e com uma imensa quantidade de produtos; enquanto, por outro lado, formava-se uma rede de grandes instituições que cerceavam a ação do mercado em relação ao trabalho, ao dinheiro e às terras (POLANYI, 2000). Assim, pode-se justificar que a economia está imersa nas relações sociais do indivíduo:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais e seu patrimônio social (POLANYI, 2000, p. 65).

Segundo Fraser (2011), Polanyi diferencia as relações em duas situações: (i) “mercados enraizados”, imersos, ligados em instituições sem caráter prioritariamente econômico e com normas condicionantes, sendo a economia parte integrante da sociedade política; e (ii) “mercados desenraizados”, marcados pela oferta e demanda, sendo que os mercados autorregulados não têm limites de comercialização entre o que pode ser vendido ou comprado.

Na abordagem da desimersão, o mercado passa a ser o principal mediador das relações sociais. A relação entre o homem e seu ambiente é um processo de construção social, que gera a constante necessidade de satisfazer suas necessidades (MACHADO, 2010). Nesse sentido, Bourdieu (2005) e Granovetter (2005) sugerem que o rompimento do paradigma dominante das análises é necessário para ampliar os olhares a uma visão realista da racionalidade de mercado.

Para romper com o paradigma dominante, que se esforça para atingir o concreto pela combinação de duas abstrações - a teoria do equilíbrio geral e a teoria do agente racional -, é preciso, assumindo a historicidade constitutiva dos agentes e de seu espaço de ação numa visão racionalista ampliada, tentar construir uma definição realista da racionalidade econômica como encontro entre disposições socialmente construídas (numa relação a um campo) e as estruturas, elas mesmas socialmente constituídas, deste campo (BOURDIEU, 2005, p. 23).

Granovetter (2005) explica que o rompimento do paradigma dominante diz respeito à "imersão social" dos atores que não tomam decisões como átomos desimersos de seus contextos sociais. Para Schmitt (2011), no pensamento de Granovetter, a imersão está fundamentada em três pressupostos básicos: (i) a ação econômica é socialmente situada; (ii) a ação econômica é uma forma de ação social; e (iii) as instituições são construções sociais.

A partir do ponto de vista de autores seminais, percebe-se que o enfoque analítico de fenômenos sociais e econômicos na ótica da sociologia econômica não é direcionado à investigação das unidades e sujeitos isolados, mas sim para o processo e o campo em que se encontram os agentes, segundo Schmitt (2011). Para essa autora, uma chave de leitura capaz de desvelar os contextos sociais e relacionais é o enfoque das redes sociais.

As primeiras utilizações do conceito “rede social” ocorreram em 1930, marcadas pelas dificuldades na aplicabilidade e operacionalização da definição na realidade social, nas relações e nos comportamentos existentes em uma rede de relacionamentos. Na segunda metade do século XX, o conceito acabou se tornando tema central na teoria sociológica e, nas últimas décadas do século XX, ganhou visibilidade e espaço no meio acadêmico (PORTUGAL, 2007).

Segundo Freitas (2015), as redes enquadram-se em uma abordagem interacionista, já que focam em um processo dinâmico das relações, que são construídas e atualizadas constantemente. As redes relacionam-se a um amplo conjunto de questões, mas pode-se

destacar algumas que têm maior pertinência teórica, como as implicações da centralidade do agente sobre o comportamento, o caráter das relações entre as organizações e o reconhecimento de subgrupos na rede (MIZRUCHI, 2006).

Marques (1999) analisa as redes sociais como um campo estruturado por vínculos entre atores sociais (indivíduos, grupos, organizações ou instituições). Por sua vez, Lin (2001) e Freitas (2015) observam as redes como estruturas amparadas por aspectos simbólicos que regulam os relacionamentos e as atribuições das autoridades dos participantes, seriam determinações com pouca ou nenhuma institucionalização formal.

A formação de uma rede acontece com a reconstrução de certos conjuntos de associações, que mudam de acordo com o tempo. Nesse sentido, Schmitt (2011) expõe que:

Redes e atores só “ganham vida”, de fato, através da reconstrução de determinadas cadeias de associações, bem como dos múltiplos processos de tradução que possibilitam a criação e, eventualmente, a estabilização, no tempo e no espaço, e sempre em caráter provisório, dos vínculos estabelecidos (SCHMITT, 2011, p. 104).

Como ressalta Marques (1999), a análise das redes sociais nos permite interligar a economia e a sociedade. O mercado não consiste em um livre jogo de forças abstratas da oferta e da demanda, enaltecido pelos economistas, mas sim em um conjunto de ações estreitamente imbricadas em estruturas sociais e concretas de relacionamento.

Compreende-se que os indivíduos, as organizações e as instituições agem e tomam decisões dependentes dos sistemas concretos de suas relações sociais; as ações estão imbricadas socialmente no contexto e nas relações construídas pelas redes sociais (RAUD-MATTEDI, 2005). Freitas (2015) corrobora com essa ideia ao afirmar que as ações, as motivações e as preferências dos atores são intrínsecas a sistemas concretos e a contínuos de relações sociais, não sendo então resposta passiva a roteiros prescritos.

Para Marteleto (2001), os estudos sobre redes sociais estabelecem um novo paradigma, trazendo à tona as análises das estruturas sociais, mostrando-se como uma forma de explicar determinados comportamentos e opiniões não como atributos individuais, mas sim como consequência das relações estabelecidas por meio de um sistema de nós e elos. Nessa perspectiva, as ações dos atores sociais são condicionadas pelo tecido social nos quais estão inseridos e os indivíduos, organizações ou instituições utilizam ou modificam os benefícios extraídos das relações para atender seus interesses e necessidades (PORTUGAL, 2007).

Marques (1999) acredita que, por meio do aprofundamento da compreensão das redes, é possível identificar padrões de relacionamento, a estrutura e as posições dos atores e como

estes aspectos influenciam e moldam suas ações e estratégias. Dessa forma, “[...] as instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, das trocas e dos encontros nas múltiplas e intercambiantes redes de relações ligadas e superpostas” (MARQUES, 1999, p. 47).

Com a formação dessas redes sociais, criam-se canais de propagação de informações, pois são ambientes de troca e de comunicação, segundo Marteleto (2001). Uma forma econômica e segura de obter informações, como informações sobre a confiabilidade de outros indivíduos, é por meio das interações sociais. Por isso, Freitas (2015) constata a necessidade de os atores acessarem várias redes, visando alcançar o máximo de parcerias e recursos.

Vale ressaltar que, apesar da importância das redes para acesso a recursos, sejam econômicos (por exemplo, para acesso a recursos financeiros), sejam não econômicos (como a obtenção de informações), o posicionamento de cada ator na rede e sua qualificação influenciam no volume e na qualidade das informações recebidas (LIN, 1999; PUTNAM, 2002). Assim como a própria configuração das redes condiciona o fluxo e a qualidade das informações e recursos que influenciam os projetos e o posicionamento dos atores (FREITAS, 2015).

Segundo Schmitt (2011), no plano teórico, frequentemente as análises das redes são apresentadas em convergência com outras dimensões analíticas, como arranjos institucionais e capital social. A intersecção entre redes e capital social é explicada devido à possibilidade de utilização da ótica das redes para compreender o capital gerado nas relações sociais. Assim, para Portugal (2007), a definição de capital social torna-se interligada ao conceito de redes sociais.

Lin (1999) e Putnam (2002) são autores que ressaltam a importância do conceito de capital social atrelado às redes sociais e que facilitam o entendimento da formação das redes e os benefícios para os atores participantes. Lin (1999) acredita que capital social se refere aos recursos que são acessados a partir dos vínculos diretos e indiretos que são construídos nas redes sociais. Já Putnam (2002) analisa o capital social como um aspecto facilitador da cooperação espontânea, tornando-se essencial para fortalecer a confiança, criar normas e cadeias de relações sociais.

O estabelecimento dos vínculos sociais concebe a confiança entre indivíduos e grupos e o enfraquecimento da má-fé. Existe a propensão dos indivíduos em direcionarem suas negociações apenas para relações de familiaridade, resultando em pouca confiança na moralidade generalizada ou nos sistemas institucionais, evitando assim algum tipo de transtorno (GRANOVETTER, 2005).

Estudos evidenciam que, no contexto rural, a atuação em redes pode favorecer o acesso às tecnologias sociais e as trocas de experiências entre agricultores familiares, organizações e instituições, como cooperativas, associações, organizações da sociedade civil e poder público (RODRÍGUEZ; CORTÉS, 2010). Podem ainda impulsionar a construção do conhecimento coletivo e a difusão do conhecimento agroecológico (OLIVEIRA, 2010; LIMA, 2018). É possível notar a influência das redes para acesso da agricultura familiar a políticas públicas (CAMPOS; SCHMITT, 2017; SANTOS *et al.*, 2018) e a construção de laços a partir de diferentes redes como instrumentos condutores de processos de desenvolvimento de territórios (FREITAS, 2015) ou como catalisadores da sustentabilidade e autonomia da agricultura familiar (SILVA; SILVA, 2011).

Em síntese, os estudos demonstram, especialmente no meio rural, que as redes se tornam um importante instrumento para articulação de atores sociais, conduzidas por relações econômicas e não econômicas, que são propícias para o desenvolvimento da agricultura familiar, das suas organizações coletivas e das comunidades e dos territórios.

### **3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA**

Segundo Belik e Siliprandi (2010), para a FAO (1996), gerar segurança alimentar refere-se ao acesso das pessoas, em todos os momentos de suas vidas, a alimentos nutritivos, seguros e suficientes para atender suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Dessa forma, não se restringe apenas à segurança sanitária e à superação da fome, mas principalmente ao acesso a alimentos em qualidade e quantidades suficientes para a manutenção do direito fundamental à vida.

No Brasil, segundo a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (2011), o direito a uma alimentação adequada vem sendo assegurado por meio da atuação e da intercooperação entre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), pela lei nº 11.346 de 2006 [como Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)] e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), bem como pela integração e articulação das políticas públicas. Porém, em 2019, a Medida Provisória 870 revogou os artigos da Lei do SISAN, que definiam as competências do órgão consultivo, o CONSEA, o que trouxe efeitos negativos para as discussões de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país. O conceito

de SAN construído no Brasil reflete uma visão abrangente e integrada do artigo 3º da lei nº 11.346/2006 e traduz estes princípios em:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O conceito de segurança alimentar demonstra que é dever do Estado garantir, por meio de políticas e ações, o acesso de todos os cidadãos aos alimentos em quantidade suficiente, com qualidade e regularidade. Dessa forma, a segurança alimentar e nutricional abrange, no Artigo 4º, inciso VI, “a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País”.

Destaca-se, portanto, que a questão da fome e da produção e segurança alimentar se relaciona também à ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar direta ou indiretamente o potencial das pessoas para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição. Assim, políticas públicas governamentais devem funcionar no sentido de permitir uma participação interativa entre as partes políticas e as organizações da sociedade civil, que atuam para criar as condições para um diálogo em prol do objetivo comum de combate às problemáticas alimentares. Considera-se, portanto, a ideia de Gomes *et al.* (2013) que trata o alimento como uma ferramenta de poder e controle, utilizado como fator de barganha para conseguir apoio político.

Em uma vertente mais atual, a consolidação do conceito de Segurança Alimentar está incorporando outras noções, tais como alimento seguro, qualidade do alimento e balanceamento da dieta. Parte dessas novas denominações ou conceitos é incorporada pela indústria alimentícia, que controla, cada vez mais, os processos de produção e distribuição dos alimentos. É o que Raud (2008) chama de nova tendência no mercado de alimentos para aqueles que possuem algum tipo de valorização, ao trazer não somente uma nova perspectiva sobre os alimentos, mas também ao destacar o papel do mercado alimentício, em que fatores-chave, como a crescente preocupação com saúde e bem-estar, acabam se tornando fortes aliados nas estratégias de multinacionais.

Hernández (2005) e Nierdele (2018) explicam que a tecnologia alimentar desenha os novos produtos. Considera-se que esta estratégia do sistema alimentar trouxe consequências positivas, contudo, falhou no sentido de não eliminar o problema da fome e, ao mesmo tempo,

agravou o acesso a alimentos e estabeleceu novos padrões de consumo baseados em uma dieta rica em proteína animal, açúcares e carboidratos. O uso de aditivos (conservantes, colorantes, aromatizantes etc.) também é uma nova realidade alarmante, que supõe a ingestão sistemática e prolongada de substâncias cujas procedências e consequências são desconhecidas.

De qualquer forma, as transformações produzidas nos regimes alimentares, na maioria dos países, manifestam uma má nutrição. Assim, o interesse em produzir mais alimentos e a menor custo continua influenciando para que se produzam e se consumam alimentos cada vez mais homogêneos. Canesqui e Garcia (2005) consideram que esse cenário é a passagem de um sistema diversificado para outro hiperespecializado, o que gera uma desordem alimentar. Isso porque, aos poucos, comer bem e de forma saudável vêm se transformando em uma cultura de luxo, acessível somente para os indivíduos que podem pagar por ela.

A partir do estabelecimento dessas fragilidades, fica mais latente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas *commodities*) e consumíveis. Considerando-se ainda que a segurança alimentar e nutricional integra um conjunto complexo de direitos que definem a qualidade de vida, é papel também do Estado incentivar a produção de alimentos de qualidade da agricultura familiar e definir políticas públicas que visem garantir o direito à alimentação. Dar ênfase à agricultura familiar é essencial, pois, por intermédio de práticas inovadoras, como as adotadas pelos agricultores familiares, contribui-se significativamente para a segurança e a soberania alimentar (PLOEG, 2014).

Considera-se dois marcos brasileiros para a institucionalização do termo agricultura familiar. O primeiro, na década de 1990, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), primeiro programa governamental destinado à categoria, que direciona o crédito rural e reconhece os indivíduos da agricultura que utilizam mão de obra familiar como “agricultores familiares”. O segundo foi a lei nº 11.326 de 2006<sup>4</sup>, que determina conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais<sup>5</sup> (BRASIL, 2006).

A década de 1990, período marcante para entrada da agricultura familiar no campo científico e na agenda governamental, provocou mudanças no paradigma conceitual dos termos comumente utilizados para se referir a esses agricultores, como agricultores que trabalham para

---

<sup>4</sup> A lei classifica os requisitos para enquadramento do agricultor(a) familiar: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

<sup>5</sup> Apesar desta ainda ser a lei mais utilizada, o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, traz algumas atualizações à lei nº 11.326/2006.

a subsistência, roceiro, caipira e caboclo, designações estas que são ofensivas e pejorativas quando utilizadas para se referir à pobreza, à preguiça, ao atraso e à ingenuidade dos agricultores (ALTAFIN, 2005; MATTEI, 2014).

Para confirmar a tese de que agricultura familiar não é sinônimo de atraso e de pequena produção, Abramovay (1997) apresentou dados da FAO de 1995 no Brasil. O segmento tinha o maior peso na produção de pequenos animais do país, reiterava a desproporcionalidade entre área e produção agrícola, era responsável por um maior rendimento do que a agricultura patronal em 15 produtos e com rendimentos físicos superiores a mais de 50% das suas atividades.

O Relatório do Banco Mundial, de 1994, sobre a Gestão da Agricultura e Desenvolvimento Rural no Brasil, evidenciou que a distribuição de terras no país estava às ruínas, classificando como inaceitável, mas concluiu que: “Evidências empíricas do Brasil e de outros países mostram que pequenas e médias fazendas familiares continuam a ser altamente eficientes e proporcionam maior número de emprego do que as grandes fazendas corporativas” (*THE WORLD BANK*, 1994, p. 32).

O Banco Mundial (2016) classifica a agricultura familiar como agricultura que combate à pobreza e afirma que há ainda a necessidade de colaborar com os agricultores para acesso ao conhecimento, para potencializar as colheitas, avançar nas questões de renda, incluir e estimular a permanência dos jovens no campo. De fato, no Brasil, a agricultura familiar é um segmento relevante no cenário nacional, pela sua importância socioeconômica e produtiva, já que é responsável por grande parte dos itens essenciais da alimentação humana (ARAÚJO, 2015; IBGE, 2017).

Na visão de Ploeg (2014, p. 7) a agricultura familiar é uma forma como as pessoas cultivam e vivem, ou seja, é “uma forma de vida”. Para Mattei (2014), a agricultura familiar difere-se do agronegócio por uma série de aspectos, não baseados apenas no aspecto produtivo. Esse autor acredita que o centro dinâmico do agronegócio é produzir *commodities* (como café, soja e trigo) em grande escala para atender o mercado internacional, enquanto a agricultura familiar se volta para a produção diversificada, centrada na preservação dos recursos naturais, utilizando de maneira mais eficiente o espaço físico disponível para produção e ocupação de pessoas.

Ploeg (2014) acredita que a agricultura familiar não pode ser descrita apenas por dois aspectos: família proprietária da terra e quem realiza o trabalho agropecuário. Para ele, é possível apresentar dez características que particularizam a agricultura familiar: (i) a agricultura familiar é aquela que controla os principais recursos; (ii) a família é responsável por grande

parte da força de trabalho na propriedade; (iii) a família realiza a administração, fazendo um nexo entre família e estabelecimento; (iv) os estabelecimento de agricultores familiares proporcionam à família uma parte ou toda a sua renda e os alimentos consumidos; (v) o estabelecimento familiar é lugar de produzir, mas também lugar para se viver; (vi) a agricultura familiar é um fluxo que une passado, presente e futuro, passa de geração em geração; (vii) o estabelecimento familiar configura-se como elo em redes amplas que transmitem informações, ideias e práticas; (viii) o estabelecimento familiar torna-se um patrimônio cultural; (ix) a relação entre agricultura familiar e o seu estabelecimento integra a economia rural; e (x) o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural e normalmente empenha-se em trabalhar a favor da natureza, valorizando os equilíbrios ecológicos.

Nesse sentido, entendendo a complexidade, a dinâmica da agricultura familiar, o resgate de tradições e a busca por práticas produtivas integrativas, socialmente e ecologicamente mais sustentáveis, Ploeg (2014) articula a agricultura familiar a princípios agroecológicos:

Muitos estabelecimentos familiares estão se fortalecendo e incrementando sua renda com o emprego de princípios agroecológicos, com a participação em novas atividades econômicas ou com a produção de novos produtos e a prestação de novos serviços que são em geral distribuídos e oferecidos através de novos mercados, socialmente construídos (PLOEG, 2014, p. 13).

Saldanha, Antongiovanni e Scarim (2009) também constataram que a agroecologia, como um modo de resistência da agricultura familiar, é um método de ação para formação e construção de práticas. O termo faz referência à compreensão da agricultura como atividade produtiva agropecuária associada a um modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável, modelo este muitas vezes utilizado pela agricultura familiar brasileira (ARAÚJO, 2015).

Para Caporal (2009), a agroecologia refere-se à incorporação de saberes históricos aos conhecimentos científicos de uma vertente crítica ao modelo produtivista convencional, construindo um novo paradigma. Para esse autor, a agroecologia não consiste apenas na produção sem utilização de agrotóxicos, mas sim como matriz disciplinar e integradora:

A agroecologia, como matriz disciplinar, vem apontando as bases para um novo paradigma científico que, ao contrário do paradigma convencional da ciência, procura ser integrador [...] Na realidade, nos últimos anos vem ocorrendo uma 'revolução paradigmática', uma revolução que começa a modificar os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura, determinada pelo processo de ecologização que está em curso e pela necessidade de buscar estratégias de desenvolvimento mais sustentável, capazes de reorientar o curso alterado da coevolução homem/natureza (CAPORAL, 2009, p. 5-6).

A agroecologia torna-se então essencial para a construção de projetos de desenvolvimento territorial fundamentados no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, na autonomia da agricultura familiar, na preservação ambiental, evitando a utilização de insumos químicos, e na defesa da terra e da água como direito e não como mercadoria (SALDANHA; ANTONGIOVANNI; SACARIM, 2009).

De forma geral, a agricultura familiar se fortalece ao adotar práticas agroecológicas, uma vez que valoriza o saber tradicional passado entre gerações nas famílias agricultoras, cultiva a terra de forma sustentável, gera renda e contribui para o aumento da segurança alimentar com a venda de alimentos de qualidade para a população. Nesse sentido, promover a segurança alimentar e nutricional é apoiar também a agricultura familiar agroecológica.

### **3.3 RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19**

Resiliência é um termo multidimensional e apresenta conceituações distintas a depender do campo de estudo. Cyrulnik (2001) explica que a palavra “resiliência” utilizada na Física se refere à capacidade de um corpo de manter sua estrutura, independente das pressões do ambiente. Normalmente, há um consenso na área acadêmica da Psicologia e Sociologia em relação ao termo, segundo Zimmerman e Arunkumar (1994) e Taboada, Legal e Machado (2006).

Na visão de Zimmerman e Arunkumar (1994), a resiliência geralmente diz respeito aos fatores e processos que interrompem a trajetória dos riscos para comportamentos problemáticos ou psicopatologias, adaptando os resultados mesmo com a presença de fatores adversos. Entende-se que os riscos são processos relacionados a resultados negativos e indesejáveis em âmbito individual e contextual (CECCONELLO, 2003).

Para Taboada, Legal e Machado (2006), resiliência refere-se à capacidade dos indivíduos superarem as adversidades da vida. Esses autores refletem sobre a resiliência como conceituação interligada ao campo da Psicologia; sobre como alguns indivíduos, apesar de todas as adversidades, conseguem se desenvolver, superando e se adaptando a elas.

Os estudos que refletem esse mesmo questionamento de Taboada, Legal e Machado (2006) foram realizados em distintos contextos de adversidades. Zimmerman e Arunkumar (1994), por exemplo, realizaram uma reflexão em torno da situação de vulnerabilidade econômica e social de crianças que podem trilhar caminhos distintos e tornarem-se resilientes

para a vida adulta. Nesse sentido, Zimmerman e Arunkumar (1994) acreditam que a resiliência é uma forma de evitar respostas mal adaptativas aos riscos e suas consequências negativas.

A capacidade adaptativa de enfrentamento de obstáculos específicos fortalece a resiliência, na perspectiva de Tittone *et al.* (2021). Esses autores acreditam que a capacidade de enfrentamento é uma habilidade dos indivíduos, das organizações e dos sistemas de gerenciar as condições adversas ou os riscos, utilizando as habilidades e os recursos disponíveis. Cecconello (2003) também analisa a adaptação como um conceito fundamental para a compreensão dos comportamentos expressos por indivíduos em um determinado momento ou situação da vida.

A resiliência torna-se então uma estratégia e uma habilidade dos sujeitos a algumas circunstâncias, o que não significa que o indivíduo seja resiliente a uma adversidade situacional, ele se torna resiliente a todas as situações de obstáculos que surgem durante a vida (CYRULNIK, 2001; TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006)

Alguns estudos têm direcionado a reflexão da adaptabilidade às condições adversas e a resiliência ao contexto da agricultura familiar brasileira. Teixeira e Pires (2017), por exemplo, buscaram compreender como a agricultura familiar e a reprodução de sistemas agroecológicos tornam-se resilientes no processo de produção, distribuição e consumo frente à situação de estiagem no sertão de Araripe, semiárido do Nordeste brasileiro. Esses autores perceberam que as estratégias agroecológicas adotadas estavam contribuindo para a reprodução social da agricultura familiar, mesmo em situação climática, social e econômica delicada.

Teixeira e Pires (2017) questionam inclusive como é possível permanecer e sobreviver em um ambiente tão adverso. A resposta basicamente foi que a resiliência é um requisito essencial para a manutenção do sistema produtivo e da sobrevivência da agricultura familiar, tornando-se um movimento de resistência às situações adversas, conforme relatam:

A semelhança de alguns estudiosos da região, que o semiárido não é apenas o clima, vegetação, solo, sol e água. É povo, música, festa, arte, religião, política e história. É processo social. É um espaço de vida no qual as famílias, historicamente, criaram as condições de vida nesta região e encontraram, na caatinga, formas de resistência e de convivência para se reproduzirem como agricultores familiares (TEIXEIRA; PIRES, 2017, p. 63).

Entre os anos de 2020 e 2021, muito se discutiu sobre como a pandemia da Covid-19 impactou diversas esferas da vida humana: a economia, a saúde, a mobilidade, as formas de trabalho, entre outros ramos e atividades cotidianas em todo o mundo. Em um contexto pandêmico, notou-se também uma mudança na cadeia de suprimentos, imposta pelas medidas

de controle pandêmico, que causaram uma ruptura nos modos de comercialização de produtos perecíveis, como as frutas e as hortaliças, provocando interrupções nas relações entre produtores e consumidores (JUNQUEIRA, 2021).

As medidas de isolamento social adotadas prejudicaram grande parte dos mercados, como as feiras agroecológicas, o PNAE, o PAA e até mesmo os mercados locais e supermercados, que diminuíram o fluxo de consumidores, já que passaram a operar, em muitos casos, sob restritivas normas e ampla fiscalização de procedimentos de prevenção, conforme explica Junqueira (2021).

A situação enfrentada pela agricultura familiar durante a pandemia da Covid-19 merece evidência, de acordo com Antônio, Assis e Aquino (2021); Lopes, Viana e Alfinito (2020); Hillenkamp, Lobo e Telles (2021) e Telles *et al.* (2021). Os autores supracitados notaram que a agricultura familiar encontrou dificuldades no escoamento da produção, principalmente no início da eclosão da pandemia da Covid-19 no Brasil. Isso decorre das modificações ocorridas nos mercados acessados pelos agricultores familiares antes da pandemia, como o fechamento ou a redução de público das feiras livres e a paralisação das aulas presenciais nas escolas do país, afetando as vendas da agricultura familiar e suas organizações em um dos principais canais de comercialização: o PNAE (SCHNEIDER *et al.*, 2020; ANTÔNIO; ASSIS; AQUINO, 2021).

Hillenkamp, Lobo e Telles (2021) constataram que, no estado de São Paulo, mais de 50% dos agricultores familiares apresentaram uma redução significativa da renda durante a pandemia, sendo que, em alguns casos, houve também maiores níveis de endividamento nesse período. Segundo os autores, no Brasil, o Governo Federal não apresentou respostas concretas às demandas da agricultura familiar frente à pandemia, tornando necessário pensar em estratégias inovadoras para superar um momento de crise.

Em algumas regiões do Brasil, a principal estratégia adotada pelos agricultores familiares, suas cooperativas e associações foi potencializar as vendas diretas. Relatos de experiências no Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins demonstram que uma estratégia adotada pela agricultura familiar durante a pandemia foi o *e-commerce* e a utilização de aplicativos de mensagens para negociação direta de cestas entregues em domicílio, dinamizando e encurtando o circuito de comercialização (LOPES; VIANA; ALFINITO, 2020, REDE RAÍZES DA MATA, 2020; ANTÔNIO; ASSIS; AQUINO, 2021; SOUSA; JESUS; BERBALDO, 2021; TELLES *et al.*, 2021).

Em Sousa, Jesus e Beraldo (2021), notou-se que a agricultura familiar precisou se adaptar e desenvolver estratégias inovadoras como forma de resposta à crise vivenciada. A

internet passou a ser o principal meio para comercialização dos produtos de uma cooperativa agroindustrial do Tocantins, tornando-se grande aliada da agricultura familiar, que precisava continuar vendendo sua produção agrícola frente à baixa atividade das feiras e das políticas alimentares de compras institucionais realizadas pelo Governo Federal (SOUSA; JESUS; BERARDO, 2021).

Na experiência estudada por Hillenkamp, Lobos e Telles (2021), foi possível perceber que a resiliência de agricultoras familiares agroecológicas estava também relacionada à atuação em redes de comercialização e proximidade fortalecidas antes da pandemia, que favoreciam as vendas diretas, amparadas por acordos, contratos e organização pré-existentes. Nesse mesmo sentido, Antônio, Assis e Aquino (2021) reforçam a necessidade de intensificar as articulações sociais e políticas para disseminação de experiências agroecológicas, com o objetivo de potencializar a capacidade produtiva de agricultores familiares. Para isso, é preciso fortalecer iniciativas agroecológicas e fomentar mercados regionais e locais que aproximem produtores e consumidores.

A atuação em rede também é experienciada e relatada pela Rede Raízes da Mata (2020) como aspecto fundamental para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos em contexto pandêmico:

As redes locais de produção, comercialização e consumo são fortemente integradas e compreendem diversas formas locais de organização para a comercialização que possibilitam as relações diretas entre quem produz e quem consome. Essas redes têm sido chamadas de circuitos curtos de comercialização. Nesses circuitos têm se destacado o uso de ferramentas das tecnologias da informação e comunicação (TICs), como por exemplo o aplicativo WhatsApp, que potencializam a comercialização tanto para as famílias agricultoras como para experiências coletivas, como a da Rede Raízes da Mata (REDE RAÍZES DA MATA, 2020, p. 17).

A formação de redes também se tornou elemento essencial para potencializar ações emergenciais, outra estratégia de resiliência e sobrevivência encontrada pela agricultura familiar. Essa estratégia passa a ter papel fundamental para a resiliência, entendendo-a como habilidade dinâmica e interacional, conforme Ceconello (2003). Mesmo em estudos em contextos diferentes dos aqui apresentados, Ceconello (2003) e Cyrulnik (2001) constataram que a formação de redes de apoio favorece a construção de mecanismos para lidar com os fatores de riscos. Essas redes podem ser formadas por indivíduos, organizações e entidades de apoio que auxiliam no enfrentamento de uma situação específica.

Segundo Futtema *et al.* (2021), durante a pandemia, houve o surgimento ou a expansão de ações emergenciais e solidariedade, executadas a partir da formação ou do fortalecimento

de redes, que tinham como objetivo contribuir com dois públicos gravemente afetados pela pandemia. De um lado, os agricultores familiares, que tiveram produção e comercialização afetados e, do outro, famílias em situação de vulnerabilidade, que foram beneficiadas com doações de alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal (FUTTEMA *et al.*, 2021).

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos propostos, este estudo pode ser considerado descritivo e com abordagem qualitativa. Na percepção de Deslauriers e Kérisit (2012), uma pesquisa qualitativa pode explorar determinados assuntos que se pretende aprofundar e ainda retratar uma circunstância social determinada. Este trabalho pode ser visto ainda como descritivo, pois possibilita observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los (TRIVIÑOS, 1987). Permite também sistematizar a estrutura de um evento, retratando os acontecimentos, as situações e os agentes presentes (ALMEIDA, 2016). Assim, é a investigação de certa condição social que leva em consideração suas diferentes variáveis. Logo, a pesquisa descritiva não se prende a analisar a causa e nem só a reconstituição dos fatos, mas sim propõe uma visão geral a respeito dos principais atributos da conjuntura desejada.

Como método desta pesquisa, o estudo de caso foi selecionado, com o objetivo de caracterizar e verificar atores, acontecimentos e contextos, com várias dimensões em ligação. Aplicando a este estudo, pretende-se analisar duas ações emergenciais de compras de alimentos da agricultura familiar, articuladas durante a pandemia da Covid-19, pelo CTA-ZM, buscando compreender como essas ações e as redes sociais configuradas a partir delas influenciam a resiliência da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais.

Para Chizzotti (2006), o estudo de caso é um método que possibilita a coleta e a organização de informações e auxilia na compreensão de um contexto social:

[...] a coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, uma família, um evento, uma atividade ou, ainda, um conjunto de relações sobre o processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real e, tendencialmente, visa auxiliar tomadas de decisão, ou justificar intervenções, ou esclarecer por que elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados (CHIZZOTTI, 2006, p. 135).

Portanto, o estudo de caso é uma forma de compreender a realidade, bem delimitada e contextualizada, sobre um caso específico. Na percepção de Godoy (2006), o estudo de caso é importante, pois auxilia na investigação de um caso prático, possibilitando um olhar holístico sobre um determinado contexto social que, neste estudo, refere-se à situação da agricultura

familiar e sua capacidade adaptativa, durante a pandemia do novo coronavírus, e a articulação de atores para minimizar os efeitos causados por essa crise sanitária.

A escolha dessas experiências deu-se pela relevância que elas tiveram no cenário pandêmico, sendo a ação da FBB a primeira ação desenvolvida na cidade de Viçosa e o PAA/UFV, o programa com maior abrangência dentro do estado de Minas Gerais. Apesar de uma outra ação emergencial ser executada na Zona da Mata de Minas Gerais, conhecida como Campanha Periferia Viva, optou-se por não a incluir no recorte analítico, pois só foram contempladas ações executadas entre o período de junho a dezembro de 2020. A Campanha Periferia Viva, lançada na região em maio de 2020, pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), ainda continua sendo executada durante todo o ano de 2021, por isso a opção de não inclusão nesta pesquisa.

Outro fator que levou a escolha das duas ações emergenciais é a proximidade com o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata e a identificação de redes de agroecologia com destaque na região. Assim, busca-se sistematizar essas ações para entender os procedimentos realizados para suprir necessidades emergentes, além de sua relevância e seu impacto em uma pandemia sem precedentes.

Essas ações foram possibilitadas pela trajetória do CTA-ZM, uma vez que este iniciou os debates e é referência e protagonista em relação à agroecologia na região da Zona da Mata de Minas Gerais. Essa organização, criada em 1987, com mais de 34 anos de história, trabalha com a difusão de práticas agroecológicas e com a mobilização política e social dos agricultores familiares. Além disso, atua por meio de oficinas e formações e busca informar sobre a produção e o acesso a alimentos saudáveis como aspectos importantes para a garantia da segurança alimentar.

Arelado ao fato de a região ter grande potencial para a produção de alimentos e a participação considerável da agricultura familiar, tem-se o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Zona da Mata, instituído pelo Governo Estadual de Minas Gerais, por meio da Lei nº 23.207, em 27 de dezembro de 2018, com o principal intuito de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região. Com o Polo, é possível estimular ações no campo da agricultura familiar, sendo apoiadas por associações organizadas como o CTA-ZM (RELATÓRIO TÉCNICO DO CTA-ZM, 2021).

Além das questões apresentadas para a escolha das ações, o envolvimento do pesquisador como um dos agentes envolvidos na operacionalização das duas ações facilitou a identificação e a imersão na temática. Dessa forma, a interação entre a teoria e os aspectos

empíricos é facilitada, uma vez que o pesquisador consegue, de maneira crítica, realizar uma análise aprofundada a respeito da experiência pesquisada.

#### **4.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS**

Nesta pesquisa, para fazer a leitura do contexto, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, em que o pesquisador, com a finalidade de coletar os dados principais, constrói uma linha específica de perguntas que vão ao encontro das questões principais da temática abordada. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 195), a entrevista é um momento entre duas pessoas, com o objetivo de obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um método “utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

A entrevista pode ser estruturada com um roteiro previamente definido, que deve ser seguido fielmente, para garantir que todos os participantes respondam às mesmas perguntas. Também pode ser não-padronizada, na qual o entrevistador tem ampla liberdade para conduzir a conversa, de maneira mais informal (MARCONI; LAKATOS, 2003). Neste estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro previamente estruturado, mas que pôde ser alterado durante o decorrer da conversa entre entrevistado e pesquisador, mantendo-se a liberdade de incluir outras questões relevantes (LIMA, 2016).

Foram realizadas três entrevistas com representantes de organizações fornecedoras de produtos para compor as cestas e kits agroecológicos e três entrevistas com representantes da principal organização articuladora, o CTA-ZM. Ao todo, foram entrevistadas cinco mulheres, duas representantes da equipe técnica do CTA-ZM, além de três representantes das organizações da agricultura familiar fornecedoras - todas integrantes dos Conselhos de Administração de suas respectivas organizações. Ademais, foi entrevistado um homem - também integrante da equipe técnica do CTA-ZM.

Selecionou-se os representantes do CTA-ZM que se disponibilizaram a participar das entrevistas e estiveram envolvidos diretamente na implementação das duas ações, a fim de buscar atores-chave que auxiliassem na compreensão detalhada das ações. Para seleção dos representantes das organizações fornecedoras, priorizou-se as organizações da Zona da Mata, devido à facilidade de contactar os atores-chave dessas organizações. A seleção dos indivíduos foi a partir de contatos realizados previamente, em que se dispuseram a participar da pesquisa e priorizou-se, também, organizações que participaram das duas ações, ou seja, a definição de todos os entrevistados ocorreu por uma amostragem não probabilística por acessibilidade.

Devido às restrições decorrentes da pandemia da Covid-19, todas as entrevistas foram realizadas de maneira remota, via plataforma de videochamadas, prezando pela segurança de todos os envolvidos na pesquisa. Em conformidade com as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV<sup>6</sup> e com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estabeleceu-se que seria mantido o anonimato dos entrevistados. No Quadro 2, apresenta-se a codificação utilizada para se referir aos entrevistados durante a pesquisa.

Quadro 2 – Codificação dos entrevistados representantes das organizações da agricultura familiar

<b>ENTREVISTADO/ORGANIZAÇÃO</b>	<b>COMO É REFERIDO NO TEXTO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
Entrevistada COOPAF	ECOOPAF	Muriaé
Entrevistada CCB	ECCB	Sem Peixe
Entrevistada COOPRA	ECOOPRA	Acaiaca
Entrevistada 1 CTA-ZM	E1CTA-ZM	Viçosa
Entrevistada 2 CTA-ZM	E2CTA-ZM	
Entrevistado 3 CTA-ZM	E3CTA-ZM	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os riscos envolvidos na realização da pesquisa consistiram na possibilidade de haver algum desconforto ou constrangimento durante a entrevista por meio de gravações audiovisuais. Com isso, o participante podia recusar ou interromper a entrevista a qualquer momento e não permitir a realização de gravações audiovisuais consideradas constrangedoras. Procurando estabelecer um clima amigável e de acolhimento, as entrevistas foram realizadas em horários e plataformas digitais indicadas por cada entrevistado individualmente.

Além das entrevistas, foram coletados diversos documentos relacionados à execução dos projetos para complementar a análise acerca de sua operacionalização. Utilizou-se como dados secundários, documentos de acesso público e documentos disponibilizados pelo CTA-ZM. As informações obtidas possibilitaram apresentar dados, como critérios para participação das ações, montante de recursos disponibilizados, produtos adquiridos da agricultura familiar para atender as ações emergenciais, os municípios e os públicos beneficiados, dentre outras

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas após a aprovação no Comitê de Ética da UFV. O parecer consta o seguinte CAAE: 51348721.4.0000.5153.

informações que complementam a descrição das ações. Os documentos coletados serviram para corroborar e/ou contrastar informações concedidas pelos entrevistados, bem como apresentar aspectos legais e normativos acerca das ações.

Para Cellard (2012), o documento é essencial para a reconstituição de um fato de um passado mais ou menos distante, uma vez que ele pode representar fielmente os acontecimentos ocorridos. Para tal, é necessário que se faça uma pesquisa para localizar os documentos realmente importantes para a pesquisa e uma avaliação da confiabilidade e da representatividade deles. No Quadro 3, apresentam-se as principais fontes de dados primários e secundários para análise.

Quadro 3 - Fonte dos dados para análise

DADOS	FONTE
Dados primários	Entrevistas com três atores envolvidos na execução dos projetos, tais como representantes das cooperativas e da associação, organizações fornecedoras de produtos para compor as cestas e kits agroecológicos e três representantes da equipe técnica do CTA-ZM.
Dados secundários	Chamada Pública da UFV nº 002/2020; Relatórios técnicos disponibilizados pelo CTA-ZM; Propostas de vendas de organizações; Projetos técnicos; Contratos, entre outros.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O delineamento da pesquisa qualitativa não antevê com perfeição os resultados que serão produzidos. Durante a análise dos dados, o pesquisador se volta para tentar responder e dar sentido aos questionamentos construídos durante a elaboração do problema de pesquisa. Portanto, essa análise merece destaque especialmente na pesquisa qualitativa. O progresso da pesquisa qualitativa decorre de uma alavancada dessa abordagem, principalmente na melhoria para a realização da análise dos dados (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012).

A técnica de análise de dados escolhida para esta pesquisa é a análise de conteúdo, com base nas diretrizes expostas por Bardin (2011). Realizada a etapa para coletar os dados, para operacionalizar a pesquisa, definiu-se categorizações para análise das informações, com base na similaridade das informações. Com as entrevistas, foi possível compreender: (i) os detalhes operacionais; (ii) os papéis assumidos pelos entrevistados nas ações; (iii) os atores e a sua atuação para operacionalização das ações emergenciais; (iv) a contribuição das ações

emergenciais para o fortalecimento e resiliência da agricultura familiar agroecológica e suas organizações coletivas atuantes na Zona da Mata de Minas Gerais; e (v) as dificuldades enfrentadas pelos atores para execução das ações.

#### **4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARTICIPANTES DA PESQUISA**

As organizações da agricultura familiar foram essenciais para o fornecimento de produtos para as ações, por isso a importância de compreender a operacionalização pela perspectiva de representantes de cooperativas e associações participantes do processo. Participaram desta pesquisa, três organizações da agricultura familiar (duas cooperativas e uma associação): o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Barbosa, a Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária e a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Acaiaca.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Barbosa (CCB) está localizado no município de Sem Peixe – Zona da Mata de Minas Gerais. Essa associação foi criada juridicamente em 1998, mas só iniciou suas atividades oficialmente a partir de 2005, após adequações realizadas no seu estatuto social, de acordo com o contexto e a realidade da comunidade. Apesar da razão social incluir o termo “Conselho”, a organização é registrada em formato jurídico de associação.

De acordo com relatos da E2CTA-ZM, com apoio dos alunos da Escola Família Agrícola Camões (EFA de Camões), o CCB foi criado pela necessidade de melhorar a qualidade de vida na comunidade rural do Barbosa, principalmente para valorização do trabalho de mulheres invisibilizadas. Segundo a entrevistada, as mulheres trabalhavam, mas quem administrava o dinheiro eram os maridos, então a associação tornou-se um apoio para a autonomia financeira das mulheres.

O CCB tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das famílias da comunidade, promover atividades desenvolvidas pela agricultura familiar, contribuir para a permanência de jovens na zona rural, realizar atividades para o desenvolvimento da infraestrutura rural e apoiar a valorização e a visibilidade do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais (PINTO, 2017).

Segundo dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) de 2021, o quadro social do CCB era composto por 20 membros, todos do município de Sem Peixe, sendo 18 mulheres e apenas 2 homens. Desse total, 70% dos associados eram detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), categoria Pessoa Física

(SEAD, 2021). Até o ano de 2020, a associação comercializava frutas, legumes, hortaliças e produtos minimamente processados – principalmente farinhas e doces de frutas. O canal de comercialização acessado no município, naquele momento, era o PNAE.

A Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF Muriaé) foi criada formalmente no ano 2011 e iniciou suas atividades comerciais em 2015. Entre o ano de constituição e o ano de execução das atividades, dirigentes e agricultores familiares participaram de encontros para organização do quadro social e de capacitações promovidas por instituições de Ensino Superior e pela União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) do estado de Minas Gerais. No entanto, o processo de mobilização da agricultura familiar da região iniciou em décadas anteriores, com a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira, em 1986, e depois com a constituição de uma associação regional, criada na década de 1990, englobando esses mesmos municípios.

Segundo a ECOOPAF, a associação regional emerge da necessidade de comercializar, uma vez que “o povo produzia, mas não tinha onde escoar” (ECOOPAF, 2021). As discussões para a criação da organização iniciaram-se a partir da necessidade de constituir uma organização local que valorizasse a economia solidária e estivesse mais centralizada para a agricultura familiar do município de Muriaé. Com as discussões em torno do Código Civil de 2002 sobre a finalidade não econômica das associações, os agricultores familiares do município optaram por constituir uma nova organização em formato jurídico de cooperativa.

Essa cooperativa possui 133 cooperados, sendo que 89 são detentores de DAP física. A composição do quadro social é formada por 103 cooperados do sexo masculino e 30 do sexo feminino (SEAD, 2021). Antes do período pandêmico de 2020, a cooperativa comercializava uma vasta gama de produtos *in natura* e minimamente processados nos mercados institucionais, principalmente no PNAE, e semanalmente na Feira Agroecológica de Muriaé.

A terceira organização participante das ações e que compõe este estudo é a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Acaiaca (COOAPRA), com sede no município de Acaiaca. Constituída em 2008 por artesãos, costureiras, quitandeiras, agricultores familiares, a princípio em formato de associação, a organização foi criada com o objetivo de apoiar comunidades do município no combate à fome e à pobreza, por meio da geração de trabalho e de renda para famílias rurais (PINTO, 2017).

Em 2017, a partir das discussões entre os associados e as entidades parceiras da associação, definiu-se que seria o momento da mudança de personalidade jurídica mais adequada para a comercialização, sendo nesse contexto que emerge a COOAPRA

(ECOOAPRA, 2021). A cooperativa comercializa legumes e hortaliças *in natura* e tem focado na comercialização de produtos panificados desde 2018, ano de inauguração da padaria comunitária “Quitutes do Maracujá”, localizada na sede da cooperativa, na comunidade do Maracujá.

Os biscoitos e pães produzidos pelas mulheres da comunidade eram comercializados para o PNAE de Acaiaca e municípios próximos antes da pandemia. A cooperativa conta com 33 cooperados, sendo que o quadro social é composto majoritariamente por mulheres, que representam 75% do total. Do total de cooperados, a maioria do município de Acaiaca, 19 são detentores de DAP física, enquanto 14 não possuem o documento de identificação da agricultura familiar (SEAD, 2021).

### 4.3 O CTA-ZM E AS AÇÕES EMERGENCIAIS

O CTA-ZM iniciou suas atividades em 1987, como associação sem fins lucrativos, por meio da mobilização de lideranças sindicais, agricultores familiares e profissionais das Ciências Agrárias. Localizado no município de Viçosa, mais precisamente na zona rural da Viroleira, tem o objetivo de “ampliar a capacitação social e desenvolver sistemas de produção adequados à realidade da Zona da Mata de Minas Gerais para fortalecer econômica e politicamente a agricultura familiar” (CTA-ZM, 2021, n.p).

Na década de 1980, o debate no campo de uma agricultura alternativa em âmbito nacional, contradizendo a onda da agricultura moderna e do uso de agrotóxicos, tornou-se importante também para a rede de organizações da Zona da Mata. Desde a criação do CTA-ZM, as relações construídas com os sindicatos dos trabalhadores rurais foram essenciais para a rede agroecológica existente na região, que interliga outros atores importantes para os agricultores familiares, sendo o CTA-ZM a organização mediadora<sup>7</sup>.

A partir de 1989, o CTA-ZM integrou-se à rede Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), uma rede nacional de intercâmbio e ajuda mútua. Além de atender às demandas dos sindicatos, o CTA-ZM assumiu um papel mobilizador, promovendo o debate sobre o modelo de produção agrícola. Em trabalho conjunto com os STRs, realizou campanhas em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, que sensibilizaram e alertaram os agricultores sobre os perigos e as consequências dos agrotóxicos e apresentaram alternativas ao uso indiscriminado desses

---

<sup>7</sup> Essa proposição está descrita no relatório técnico de 2013 do projeto “Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica”, sob coordenação da Professora Claudia Job Schmitt, vinculada ao CPDA/UFRRJ.

produtos na região. O CTA-ZM contribuiu também para a implementação do Programa de Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro e do Programa de Formação de Monitores/as (PFM) e vem reforçando a importância de trabalhar relações sociais de gênero (CTA-ZM, 2021).

Em 2021, o quadro de colaboradores era composto por aproximadamente 20 pessoas, profissionais de diferentes áreas do conhecimento, graduados em Cooperativismo, Agronomia, Ciências Contábeis, Administração, Engenharia Ambiental, entre outros, que realizam atividades propostas pelo CTA-ZM, na busca da promoção da agroecologia. Além disso, oferece oportunidades de estágios a alunos dos mais diversos cursos da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A associação tem como área de atuação a Zona da Mata, localizada ao sudeste do estado de Minas Gerais, conforme Figura 1. Apesar de a região ser formada por 142 municípios, o CTA-ZM é mais atuante em 19 deles: Acaiaca, Araponga, Caparaó, Diogo de Vasconcelos, Divino, Ervália, Espera Feliz, Guidoal, Miradouro, Muriaé, Pedra do Anta, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, Simonésia, Teixeiras, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Figura 1 – Mapa da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria, com base em CTA-ZM, 2021.

A grande maioria desses municípios é considerada de pequeno porte e possui aproximadamente 20 mil habitantes. No ano de 2021, os projetos desenvolvidos pela equipe do CTA-ZM relacionaram-se às seguintes áreas temáticas: (i) mulheres e agroecologia; (ii) sociobiodiversidade; (iii) articulação e políticas públicas; (iv) organização econômica e acesso a mercados; (v) educação e agroecologia (CTA-ZM, 2021).

Percebe-se que o CTA-ZM é um elo central no que se refere à mediação dos agricultores familiares, com diferentes entidades e organizações nacionais e internacionais. O seu papel é de mediação, pois interliga, indiretamente, diversos agricultores familiares, STRs, assentamentos rurais e cooperativas da Zona da Mata a instituições de cooperação, por exemplo, *Actionaid Brasil* (AAID); a instituições financeiras, como a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol); ao ambiente acadêmico, como a UFV e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); a representantes do poder executivo e legislativo, como deputados e vereadores; e a entidades de articulação, como ANA, Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e Movimiento Agroecológico de América Latina y El Caribe (MAELA).

Com a perspectiva de apoiar a agricultura local e diante do cenário de uma crise de saúde global, que acarretou problemas econômicos, sociais e políticos, o CTA-ZM desenvolveu ações para colaborar com a agricultura familiar e famílias em situação de insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19. As duas ações analisadas neste estudo, de forma sucinta, são:

- 1) FBB – Por meio de recursos disponibilizados pela Fundação Banco do Brasil, na ordem de R\$ 116 mil, o CTA-ZM conseguiu articular a compra e a entrega de alimentos agroecológicos na cidade de Viçosa-MG. As cestas foram montadas com “feijão, fubá, canjiquinha, inhame, batata doce, abóbora, limão, mexerica, laranja, limão doce, banana, abacate, açúcar mascavo, farinha de mandioca, farinha de milho crioulo e barras de sabão caseiro. Além de cinco toneladas do famoso arroz agroecológico do MST.” (RELATÓRIO TÉCNICO CTA-ZM, 2020);
- 2) PAA/UFV – Com recursos advindos de emendas parlamentares, promovidas pelos Deputados Federais Leonardo Monteiro, Padre João, Patrus Ananias e Rogério Correia, por meio da Modalidade Compra Institucional do PAA/UFV, o CTA-ZM abriu um edital de Chamada Pública para adquirir alimentos e sementes de agricultores familiares, com valores de aproximadamente R\$252.053,00 em alimentos e R\$9.704,00 em sementes.

O tópico a seguir tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa e descrever o processo de distribuição de cestas e kits agroecológicos de duas ações emergenciais realizadas em Minas Gerais, que beneficiaram cerca de 7.200 pessoas em situação de insegurança alimentar, agravada pela pandemia da Covid-19. Serão descritas as ações financiadas pela FBB e a ação do PAA/UFV, realizadas entre os meses de maio e dezembro de 2020, que movimentaram cerca de R\$ 378.034,00 em compras de produtos da agricultura familiar.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esta seção da pesquisa apresenta os resultados obtidos com as análises realizadas a partir da coleta de dados. Para detalhar a operacionalização das duas ações, este tópico está dividido em cinco subtópicos: (i) a ação da Fundação Banco do Brasil; (ii) a ação do PAA/UFV; (iii) as redes de atores para implementação das ações emergenciais; (iv) a resiliência da agricultura familiar durante a pandemia da Covid-19; e (v) as dificuldades e limitações enfrentadas pela rede para a execução das ações. Para iniciar, é apresentada, por ordem cronológica, a descrição das ações, de acordo com as datas da distribuição dos alimentos, sendo que a primeira ação implementada foram as entregas da FBB.

### **5.1 AÇÃO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

O objetivo deste tópico é descrever o processo de compra e distribuição de cestas agroecológicas, demonstrando como foi planejada sua execução. Para tanto, inicia-se com a ação da FBB, executada entre junho e agosto de 2020. Essa ação foi viabilizada pela trajetória de parceria entre o CTA-ZM e a FBB, visto que já havia um projeto que estava em execução no momento, o “Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais”, vinculado ao Programa Ecoforte<sup>8</sup>, que busca fortalecer a comercialização da produção dos agricultores familiares, visando à inserção em mercados específicos, como os agroecológicos e os orgânicos certificados.

A FBB consultou as organizações que já estavam vinculadas a outros projetos por ela apoiados se havia o interesse em participar da distribuição de cestas agroecológicas. Com esse

---

<sup>8</sup> Segundo a FBB, o Programa Ecoforte “integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. O investimento social no Ecoforte foi possível com o diálogo e a articulação com órgãos do governo e movimentos sociais do campo, valorizando conhecimentos tradicionais e as diversas tecnologias sociais que viabilizam a agricultura de base agroecológica em comunidades rurais.” (FBB, 2021, n.p).

indicativo de recebimento de recursos, o CTA-ZM intensificou o mapeamento da produção dos agricultores para que fosse possível priorizar a compra de alimentos agroecológicos e submeteu a proposta para a FBB. Agricultores familiares de nove municípios de atuação do CTA-ZM foram responsáveis pelo fornecimento dos alimentos para a montagem das cestas agroecológicas.

A partir das informações fornecidas pelo levantamento, identificou-se que a produção dos agricultores seria suficiente para a montagem de aproximadamente 1.000 cestas agroecológicas, que beneficiaram um total de 500 famílias no município de Viçosa-MG. A Figura 2 apresenta de forma simplificada o processo de mediação para a distribuição dos alimentos. É possível constatar que os agricultores familiares, as cooperativas e as associações enfrentavam dificuldades para escoar a produção no período em que as políticas públicas de compras de alimentos, como o PAA e o PNAE, estavam paralisadas. Além disso, as feiras municipais também foram paralisadas, acarretando um problema ainda maior para que os agricultores conseguissem vender seus produtos. O CTA-ZM entra nesse processo como um elo entre a agricultura familiar e as famílias em situação de insegurança alimentar, sendo o responsável pelos processos de recolhimento, de montagem e de distribuição dos alimentos.

Figura 2- Processo de mediação para distribuição de alimentos



Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

De acordo com os relatos de todos os entrevistados, diferentemente do que aconteceu nas cidades, no campo, os agricultores não passaram fome, o que a pandemia causou foi um excedente de produção e uma diminuição na obtenção de renda. Portanto, era necessário escoar essa produção para que os agricultores obtivessem o dinheiro para suprir as demais necessidades básicas familiares e para que tivessem recursos para investir no novo ciclo de produção. É

importante ressaltar que um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar foi a adaptação em relação às tecnologias da informação.

Ainda segundo os entrevistados, quando o CTA iniciou o processo de articulação para compras de produtos para composição das cestas da FBB, a agricultura familiar dos municípios ainda não havia se organizado para elaborar novas estratégias de acesso a mercados durante o período da pandemia.

A estratégia utilizada pelo CTA-ZM foi construir um canal de comunicação via cooperativas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais, visando otimizar o tempo, já que a ação seria de curta duração e havia necessidade de que fosse realizada de forma rápida. As lideranças locais também foram importantes para articular o processo, que foi marcado pela solidariedade e cooperação entre os agricultores familiares, conforme evidenciado pela E2CTAZM:

Então, quando um tinha um montante, um fala eu não tenho, mas fulano tem, beltrano tem, a gente junta e dá conta. Aí, e assim, a comunidade tal dá conta de fazer o sabão, as mulheres da comunidade tal dá conta fazer o sabão. O fubá a gente junta aqui dá trezentos quilos, aí ligava pra outro não, aqui nós conseguimos duzentos quilos, até fechar a quantidade que precisávamos (E2CTA-ZM, 2021).

A Tabela 1 apresenta os alimentos que foram comprados para a composição das cestas. É importante destacar a diversidade de alimentos encontrados, pois o objetivo era ter uma cesta com variedade, levando em consideração a sazonalidade da produção da agricultura familiar.

Tabela 1 – Relação de produtos comprados para ação da FBB

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE DE ITENS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL UNITÁRIO	TOTAL PARA 1.000 CESTAS
Abacate ou Banana	Kg	3	R\$ 3,00	R\$ 9,00	R\$ 9.000,00
Açúcar mascavo	Kg	1	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7.000,00
Arroz	Kg	1	R\$ 24,74	R\$ 24,74	R\$ 24.740,00
Citrus (Laranja ou Mexerica)	Kg	3	R\$ 2,50	R\$ 7,50	R\$ 7.500,00
Farinhas: Mandioca/ Milho/Polvilho	Kg	1/2	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
Feijão	Kg	2	R\$ 7,50	R\$ 15,00	R\$ 15.000,00

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE DE ITENS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL UNITÁRIO	TOTAL PARA 1.000 CESTAS
Fubá/Canjiquinha	Kg	2	R\$ 4,00	R\$ 8,00	R\$ 8.000,00
Inhame/Batata doce/Mandioca/Abóbora	Kg	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00	R\$ 15.000,00
Rosquinha de nata	Kg	1	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 18.000,00
Sabão em barra	Unidade	2	R\$ 1,50	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>20</b>	<b>R\$ 69,24</b>	<b>R\$ 112,24</b>	<b>R\$ 112.240,00</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em relatórios técnicos, 2021.

Os preços foram estabelecidos de acordo com a consulta realizada com os agricultores, e a composição das cestas seguiu os critérios estabelecidos pelo PAA e o PNAE. A constituição do valor nutricional que estava presente na cesta agroecológica era uma grande preocupação, então alguns produtos com abundância na região, como o pó de café, não foram incluídos. Outra dificuldade foi em relação à perecibilidade dos alimentos, como as verduras: "Tinha arroz, feijão, frutas, legumes e uma verdura, as verduras a gente não deu tanta prioridade em comprar por conta dessa durabilidade dela" (E2CTA-ZM, 2021).

O arroz foi o alimento mais difícil de adquirir, pois os agricultores da região da Zona da Mata não produzem arroz em grandes quantidades. Sendo assim, a compra aconteceu em conjunto com o Mercado da Agricultura Familiar do MST de Belo Horizonte e a Cooperativa Camponesa Central de Minas Gerais (CONCENTRA). A parceria foi importante para a diminuição de custos em relação ao frete, o que possibilitou comprar um volume maior de alimentos de um produto agroecológico. Por outro lado, encontrou-se facilidade na aquisição de hortifrutis e panificados, principalmente porque os produtos são comumente comercializados pelos agricultores e organizações da região.

Na composição final da proposta construída para a execução da ação, foram solicitados equipamentos de proteção individual para as pessoas responsáveis pelo recebimento e separação dos alimentos, além da montagem e da distribuição das cestas agroecológicas. A Tabela 2 detalha quais itens foram adquiridos com o recurso disponibilizado pela FBB.

Tabela 2 – Relação de EPIs comprados

<b>EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR ITEM</b>	<b>TOTAL</b>
Borrifador para álcool líquido (Un)	6	R\$ 9,09	R\$ 54,54
Luva descartável (Un)	4	R\$ 19,90	R\$ 79,60
Pano para limpeza (Un)	8	R\$ 3,49	R\$ 27,92
Sapatilha descartável (Un)	80	R\$ 0,17	R\$ 13,20
Touca descartável (Un)	40	R\$ 0,12	R\$ 4,80
Máscara de proteção (Un)	50	R\$ 5,00	R\$ 250,00
Álcool em gel (5 litros)	4	R\$ 70,35	R\$ 281,40
Álcool líquido (Litro)	10	R\$ 15,90	R\$ 159,00
Sabonete líquido (5 litros)	3	R\$ 65,90	R\$ 197,70
Embalagem de plástico (Un)	100	R\$ 16,80	R\$ 1.680,00
Bobina de sacos transparentes (Un)	8	R\$ 18,90	R\$ 151,20
<b>Total Geral</b>	<b>313</b>	<b>R\$ 225,62</b>	<b>R\$ 2.899,36</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em relatórios técnicos disponibilizados pelo CTA-ZM, 2021.

O recurso disponibilizado não foi suficiente para compra de todo o EPI necessário, foi preciso que o CTA-ZM realizasse o acréscimo dos itens com recursos provenientes de outros projetos. O apoio para complementação financeira advindo de parceiros, como a AAID Brasil, o Pão para o Mundo (PPM) e a Fundação Porticus, foi essencial no apoio para a realização da ação.

Além dos alimentos para a composição das cestas agroecológicas e a compra dos EPIs, a ação também previa a utilização de até 1% do recurso para a logística, montante que foi utilizado para o pagamento de combustível. Assim, chegou-se ao valor final que foi solicitado à FBB, R\$116.277,35, conforme observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Composição final do recurso

<b>TABELA SINTÉTICA</b>	
Equipamento de proteção individual	R\$ 2.899,36
Logística	R\$ 1.137,99
Alimentos para a cesta	R\$ 112.240,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 116.277,35</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em documentos disponibilizados pelo CTA-ZM, 2021.

Também foi necessário, para a realização da ação, o mapeamento das famílias que iriam receber as cestas. Isso aconteceu por meio da equipe do CTA-ZM em contato com referências em comunidades próximas e lideranças de comunidades mais distantes. O levantamento das famílias beneficiadas aconteceu a partir do diálogo com as escolas municipais e estaduais parceiras do CTA-ZM, situadas nos bairros/comunidades: São José do Triunfo, Laranjal, Tico Tico, Colônia Vaz de Melo, Cachoeira de Santa Cruz e Novo Silvestre; com organizações do município de Viçosa, como a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa (ACAT), a Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV), a Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem (ACAMARE), a Mobilização Educativa Maria da Conceição Gomes Batalha (MOBILE); e com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Um ponto de destaque do projeto foi que, além das 1.000 cestas agroecológicas que foram montadas, os agricultores familiares enviaram um volume maior de alimentos do que haviam vendido, com isso foi possível montar mais algumas cestas para distribuir para outras famílias das comunidades mais afetadas.

Em termos de distribuição, foi possível identificar que mais da metade dos beneficiados são da zona urbana, cerca de 65%, representando um total de 325 famílias. A primeira remessa das cestas foi distribuída nos dias 03 e 04 de junho de 2020; já a segunda remessa foi entregue nos dias 24 e 25 de junho do mesmo ano. A compra dos alimentos foi inteiramente realizada da agricultura familiar, o que reforça o compromisso da organização no que se refere à questão da segurança alimentar; mesmo com diversas dificuldades para realização da ação nesse formato, a priorização da agricultura familiar ocorreu no momento em que ela mais necessitava.

Schappo (2021) e Futtema *et al.* (2021) destacam a importância dessas ações realizadas de forma a fortalecer a agricultura familiar, combater a insegurança alimentar e alertar para a

necessidade de torná-las mais recorrentes. As ações emergenciais deveriam também ser prioridade das agendas públicas para garantir a segurança alimentar e o direito humano à alimentação saudável; além de não ofertar cestas básicas com alimentos processados, é necessário possibilitar o acesso a alimentos adequados e frescos obtidos da agricultura familiar (SCHAPPO, 2021).

No tópico seguinte, será apresentado o PAA/UFV, uma ação de maior capilaridade na distribuição de alimentos durante a pandemia, nos meses de outubro e novembro de 2020.

## 5.2 AÇÃO DO PAA/UFV

Entre 2019 e 2020, quatro deputados federais filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e integrantes da frente parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e da Produção Orgânica destinaram emendas parlamentares para o fortalecimento do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. Os recursos das emendas seriam destinados a cursos, formações, intercâmbios agroecológicos e para intensificar as atividades do Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) da Zona da Mata.

O Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata foi criado em 2018, com a institucionalização da Lei Estadual Ordinária nº 23.207<sup>9</sup>. Algumas de suas diretrizes direcionam-se ao fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica, à valorização da agrobiodiversidade e ao estímulo à diversificação da produção agrícola. Segundo Freitas *et al.* (2021), o Polo é constituído por uma ampla rede de organizações nacionais e regionais, como ANA e AMA, e parcerias de fortalecimento da agricultura familiar.

Com o advento da pandemia da Covid-19, os recursos que seriam destinados às atividades presenciais do Polo não puderam ser executados, sendo necessário repensar as estratégias para a utilização dos recursos das emendas parlamentares. A partir do levantamento das necessidades e das dificuldades de escoamento da produção dos agricultores familiares de diferentes regiões de Minas Gerais e com aumento da insegurança alimentar nas cidades, uma rede de atores, que envolvia a UFV, as cooperativas, as associações e os grupos produtivos da agricultura familiar, com o apoio do CTA-ZM, do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e

---

<sup>9</sup> Segundo a Lei Estadual nº 23.207, os princípios do Polo são: I - desenvolvimento sustentável; II - participação e protagonismo social; III - preservação ambiental com inclusão social; IV - segurança e soberania alimentar; V - diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.

da AMA, começou a construir o PAA na modalidade Compra Institucional, que ficou conhecido como PAA/UFV.

Essa ação foi pensada para a compra de alimentos e de sementes da agricultura familiar para doação às famílias em situação de insegurança alimentar (FREITAS *et al.*, 2021), o que também foi apresentado no relatório técnico anual do CTA-ZM:

Ao longo do ano de 2020, com as atividades e assessorias, ainda que remotas, possibilitaram processos de fortalecimento e consolidação de grupos para acesso a políticas públicas, como PAA e PNAE, sobretudo a partir da Chamada Pública de compras de alimentos pelo PAA, de emendas parlamentares estaduais voltadas ao fortalecimento do Polo Agroecológico, considerando o contexto de pandemia. Essas mobilizações em torno de grupos e empreendimentos produtivos viabilizou a comercialização de produtos, cujos circuitos foram afetados pelo isolamento social. (RELATÓRIO ANUAL CTA-ZM, 2020).

Apesar da nomenclatura utilizada ser “PAA/UFV”, é importante ressaltar que os recursos para execução da ação não foram providos pelo Ministério da Cidadania (MC) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que atualmente são os órgãos federais responsáveis pelo Programa, e não foi executado pela Conab, responsável pela operacionalização PAA em âmbito nacional. No entanto, grande parte das exigências e regras de execução do PAA foram mantidas pela entidade executora do PAA/UFV.

A ação foi estratégica para o fortalecimento do Polo e para potencialização da agricultura familiar agroecológica por meio das emendas parlamentares. O CTA-ZM atuou como um dos principais articuladores dessa ação, uma vez que havia executado ação emergencial da compra e doação de alimentos da FBB, já tinha realizado a articulação com cooperativas e associações da agricultura familiar da Zona da Mata, assim como também havia sintetizado um primeiro mapeamento dos alimentos agroecológicos produzidos.

A E2CTA-ZM acredita que as compras via PAA/UFV, realizadas após a montagem das cestas da FBB, facilitou o processo de articulação com os fornecedores, muitos dos quais já haviam fornecido para as cestas da FBB. No entanto, o volume de compras do PAA era maior e as emendas eram recebidas via UFV, o que acarretava compras via Chamada Pública, processo mais complexo e burocrático.

A primeira etapa do processo de compra foi a construção e a divulgação da Chamada Pública lançada pela UFV para a aquisição de alimentos e sementes. A E1CTA-ZM relata que, na construção da Chamada Pública, tentou-se incluir hortifrutis normalmente produzidos pela agricultura familiar do estado, respeitando a sazonalidade. Segundo ela, houve “a tentativa de

incluir os produtos das organizações da agricultura familiar que são nosso público [do CTA-ZM]”.

A Chamada Pública, realizada em maio de 2020, incluía uma lista de aproximadamente 80 itens, entre frutas, hortaliças, legumes, cereais e sementes, no entanto, foram contemplados 62 itens, adquiridos para a composição de kits agroecológicos. Parte dos produtos solicitados na Chamada Pública não foi adquirida com a justificativa de que não eram alimentos produzidos no período da execução do PAA/UFV, não respeitando a sazonalidade e o tempo correto de cultivo e de colheita do produto. Isso ocorreu, por exemplo, com o abacate, a batata doce e a mexerica ponkan.

Ao todo foram adquiridos R\$252.053,00 em produtos da agricultura familiar, conforme apresentado, detalhadamente, na Tabela 4:

Tabela 4 – Relação de alimentos comprados para ação do PAA/UFV

<b>PRODUTOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE ITENS</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Abóbora comum	Kg	689,6	R\$ 3,35	R\$ 2.310,16
Abóbora japonesa	Kg	898,7	R\$ 3,27	R\$ 2.938,75
Abóbora menina	Kg	50	R\$ 3,99	R\$ 199,50
Açúcar mascavo	Kg	100	R\$ 10,61	R\$ 1.061,00
Agrião	Maços	25	R\$ 2,16	R\$ 54,51
Alface crespa	Unidade	1597	R\$ 2,52	R\$ 4.024,44
Alface lisa	Unidade	1033	R\$ 2,48	R\$ 2.561,84
Alface roxa	Unidade	150	R\$ 2,55	R\$ 382,50
Alho	Kg	110	R\$ 35,36	R\$ 3.889,60
Almeirão	Unidade	175	R\$ 2,38	R\$ 416,50
Arroz branco	Kg	405	R\$ 19,44	R\$ 7.873,20
Arroz integral	Kg	100	R\$ 26,56	R\$ 2.656,00
Banana da terra	Kg	250	R\$ 4,69	R\$ 1.172,50
Banana nanica	Kg	3101,37	R\$ 3,93	R\$ 12.188,38
Banana prata orgânica	Kg	665	R\$ 4,80	R\$ 3.192,00

<b>PRODUTOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE ITENS</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Banana prata	Kg	1944,4	R\$ 4,04	R\$ 7.855,38
Beterraba	Kg	630	R\$ 3,59	R\$ 2.261,70
Biscoito caseiro	Kg	600	R\$ 30,34	R\$ 18.204,00
Biscoito de polvilho	Kg	38,5	R\$ 28,10	R\$ 1.081,85
Bolos	Kg	500	R\$ 22,87	R\$ 11.435,00
Broa fubá	Kg	500	R\$ 17,99	R\$ 8.995,00
Brócolis	Maços	250	R\$ 4,16	R\$ 1.040,00
Café	Kg	1072	R\$ 27,16	R\$ 29.115,52
Canjiquinha	Kg	300	R\$ 3,69	R\$ 1.107,00
Cebola	Kg	130	R\$ 7,06	R\$ 917,80
Cebolinha	Maços	495	R\$ 2,20	R\$ 1.089,00
Cenoura	Kg	962	R\$ 3,66	R\$ 3.520,92
Chuchu	Kg	33	R\$ 3,23	R\$ 106,59
Colorau urucum	Kg	100	R\$ 38,53	R\$ 3.853,00
Couve	Maços	1555	R\$ 2,40	R\$ 3.732,00
Espinafre	Maços	200	R\$ 3,01	R\$ 602,00
Farinha de mandioca	Kg	475,3	R\$ 8,84	R\$ 4.201,65
Feijão carioca	Kg	1400	R\$ 8,21	R\$ 11.494,00
Feijão preto	Kg	800	R\$ 7,68	R\$ 6.144,00
Feijão vermelho	Kg	1600	R\$ 9,36	R\$ 14.976,00
Fubá	Kg	700	R\$ 5,19	R\$ 3.633,00
Inhame	Kg	1135,5	R\$ 4,70	R\$ 5.336,85
Iogurte	Kg	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
Jiló	Kg	100	R\$ 4,71	R\$ 471,00
Laranja seleta	Kg	100	R\$ 3,70	R\$ 370,00

<b>PRODUTOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE ITENS</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Laranja pera	Kg	100	R\$ 3,25	R\$ 325,00
Laranja	Kg	250	R\$ 3,47	R\$ 867,50
Limão taiti	Kg	50	R\$ 4,09	R\$ 204,50
Mamão	Kg	150	R\$ 5,06	R\$ 759,00
Mandioca com casca	Kg	3250	R\$ 3,85	R\$ 12.512,50
Mandioca congelada	Kg	900	R\$ 4,74	R\$ 4.266,00
Mel de abelha	Kg	50	R\$ 36,53	R\$ 1.826,50
Milho	Kg	300	R\$ 2,33	R\$ 699,00
Melancia	Kg	100	R\$ 2,53	R\$ 253,00
Mostarda	Maços	100	R\$ 2,42	R\$ 242,00
Ovos	Dz	300	R\$ 10,85	R\$ 3.255,00
Pão caseiro	Kg	350	R\$ 17,67	R\$ 6.184,50
Pimentão	Kg	50	R\$ 5,08	R\$ 254,00
Polpa de fruta	Kg	200	R\$ 15,06	R\$ 3.012,00
Queijo	Kg	150	R\$ 16,67	R\$ 2.500,50
Rapadura	Kg	200	R\$ 9,54	R\$ 1.908,00
Repolho	Kg	505,35	R\$ 3,11	R\$ 1.571,64
Rúcula	Maços	770	R\$ 3,06	R\$ 2.356,20
Salsa	Maços	476	R\$ 2,25	R\$ 1.071,00
Tempero (alho e sal)	Kg	312	R\$ 20,13	R\$ 6.280,56
Tomate	Kg	1794	R\$ 6,23	R\$ 11.176,62
Vagem	Kg	348	R\$ 7,08	R\$ 2.463,84
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 252.053,00</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em documentos disponibilizados pelo CTA (2021).

É importante ressaltar que, para a execução do PAA/UFV, a composição dos kits não foi padronizada, variou de acordo com a disponibilidade dos alimentos e da região atendida. Os municípios beneficiados foram divididos em seis lotes, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Lotes de distribuição dos produtos e valor total por lote

<b>LOTE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Lote 1 – Zona da Mata de Minas Gerais	Viçosa, Ponte Nova, Muriaé, Juiz de Fora, Divino	R\$ 171.813,80
Lote 2 – Governador Valadares	Governador Valadares	R\$ 20.082,30
Lote 3 – Alfenas	Alfenas	R\$ 20.082,30
Lote 4 – Montes Claros	Montes Claros	R\$ 20.082,30
Lote 5 – Belo Horizonte	Belo Horizonte	R\$ 20.082,30
Lote 6 – Sementes	Viçosa, Ponte Nova, Muriaé, Juiz de Fora, Divino	R\$ 9.704,00

Fonte: Elaboração própria com base na Chamada Pública da UFV nº 002/2020.

A divisão em lotes foi uma maneira estratégica de dividir as entregas, facilitar a logística de distribuição e contemplar diferentes regiões do estado de Minas Gerais: Norte, Médio Rio Doce, Metropolitana de BH, Sul e Zona da Mata. No lote 1, a agricultura familiar entregava os produtos nos municípios de Viçosa, Ponte Nova, Muriaé, Juiz de Fora e Divino, que foram distribuídos nas rotas que contemplavam os municípios supracitados, além de Ervália, Visconde do Rio Branco, Lima Duarte, Teixeiras, Acaiaca, Jequeri e Carangola. Nos lotes 2, 4 e 5, foram contemplados apenas os municípios citados (Governador Valadares, Montes Claros e Belo Horizonte). No município de Alfenas, lote 3, não houve interessados na Chamada Pública e os municípios beneficiados foram Caldas e Poço Fundo. Já o lote 6 contemplou os municípios de Viçosa, Ponte Nova, Muriaé, Juiz de Fora e Divino e era destinado a distribuição de sementes.

Na Figura 3, apresenta-se um mapa de distribuição dos alimentos:

Figura 3 – Mapa de distribuição dos kits de alimentos PAA/UFV



Fonte: Elaboração própria, com base em relatórios técnicos do CTA-ZM, 2021.

Para participar da Chamada Pública, apresentou-se algumas exigências. Poderiam participar apenas agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326/2006, por meio de grupos informais (agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo) e grupos formais (associações e cooperativas detentoras de DAP jurídica)<sup>10</sup>. Dessa forma, apenas grupos organizados acessaram o PAA/UFV.

Quanto às regras de priorização das propostas de venda, praticou-se a ordem de prioridades determinada pela Resolução nº 04 de 2015 do FNDE, sendo que o grupo de propostas de fornecedores locais teve prioridade sobre os demais grupos; os grupos de fornecedores da região tiveram prioridade sobre o do estado e do país; e os grupos de propostas do estado eram priorizados em relação aos grupos do país.

Nos grupos de propostas, observou-se a seguinte ordem de prioridade para seleção: (i) os grupos de mulheres<sup>11</sup>; (ii) os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos, ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos,

<sup>10</sup> Os limites individuais de venda foram: (i) para grupos informais - R\$ 20 mil/DAP/ano/órgão comprador de alimentos e R\$ 16 mil/DAP/ano/órgão comprador de sementes; (ii) para grupos formais - R\$ 6 milhões DAP/ano/órgão comprador de alimentos e sementes.

<sup>11</sup> Grupos Formais de mulheres foram considerados aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% +1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas. Serão considerados Grupos Informais de mulheres aqueles em que 100% dos produtos contidos nas respectivas Propostas de Venda sejam oriundos da produção de mulheres, conforme identificação pelas DAPs.

permaculturais e outros que atendam os princípios estabelecidos pela Lei nº 10.831/2003; (iii) os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes; (iv) os fornecedores de gêneros alimentícios cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, mesmo que não tenham certificado orgânico; e (v) os Grupos Formais, detentores de DAP jurídica.

Para participar da Chamada Pública, a organização deveria apresentar uma proposta de venda e determinar em qual lote ela gostaria de participar. Conforme apresentado pela EICTA-ZM:

A organização colocava a oferta dela porque a gente no edital lançou, né? Os produtos que a gente queria e a quantidade. E dali a cooperativa escrevia a proposta, por exemplo 'vamos fornecer arroz e feijão', só que outra só forneceu o açúcar mascavo, que era o que eles tinham registro direitinho. Tudo certinho lá e aí era isso eles mandavam a proposta e dentro da proposta vinha lá os produtos que eles conseguiam fornecer e daí eles iam dividindo dentro desses lotes por proximidade (EICTA-ZM, 2021).

No âmbito do PAA/UFV, considerando as duas pontas beneficiadas, notou-se que cerca de 1.000 famílias receptoras das cestas ou kits, aproximadamente 4.200 pessoas, receberam 34 toneladas de alimentos agroecológicos. Na Tabela 6, é apresentado o número de pessoas beneficiadas por modalidade de instituição assistida.

Tabela 6 – Relação de pessoas beneficiadas por instituição assistida

<b>INSTITUIÇÃO ASSISTIDA</b>	<b>NÚMERO DE INDIVÍDUOS BENEFICIADOS</b>
Entidades de acolhimento de adultos e crianças	2.102
Hospitais	1.100
Público atendido pelo PNAE	654
Famílias de alunos de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs)	373
<b>TOTAL DE INDIVÍDUOS BENEFICIADOS</b>	<b>4.229</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em relatórios técnicos do CTA, 2021.

Na outra ponta, foram 22 organizações que forneceram 62 produtos diferentes para a composição dos kits de alimentos e 800 quilos de sementes crioulas de milho e arroz, gerando

renda para aproximadamente 210 famílias agricultoras de 17 municípios. A fim de sintetizar as principais diferenciações entre as duas ações, apresenta-se o Quadro 4.

Quadro 4 – Análise comparativa entre as duas ações

<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>AÇÃO FBB</b>	<b>AÇÃO PAA/UFV</b>
PÚBLICO BENEFICIADO	Famílias em situação de insegurança alimentar.	Famílias em situação de insegurança alimentar assistidas por redes socioassistenciais (hospitais, APAEs, espaços de acolhimento de adultos e crianças).
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS COM AS CESTAS/KITS	Aproximadamente 3 mil pessoas foram beneficiadas.	Aproximadamente 4.200 pessoas foram beneficiadas.
ABRANGÊNCIA (público beneficiado)	Viçosa, Minas Gerais.	Cinco regiões de Minas Gerais: Norte de Minas, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Médio Rio Doce, Zona da Mata e Sul de Minas Gerais.
PÚBLICO FORNECEDOR	Agricultores familiares, cooperativas e associações agroecológicas da Zona da Mata de Minas Gerais.	Cooperativas, associações e grupos informais de 17 municípios.
ORGANIZAÇÃO EXECUTORA	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais.	Universidade Federal de Viçosa.
RECURSO EXECUTADO	Aproximadamente R\$ 116.277,00 mil.	Aproximadamente R\$ 252.053,00 mil para compra de alimentos e R\$ 9.704,00 para compra de sementes.
QUANTIDADES DE PRODUTOS DISTRIBUÍDOS	22,5 toneladas de alimentos distribuídos.	34 toneladas de alimentos distribuídos.
VARIEDADE DE PRODUTOS	19 itens diferentes adquiridos para a composição das cestas agroecológicas.	62 itens diferentes adquiridos para composição de kits.

Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

Pode-se observar que foi empregado aproximadamente o dobro de recurso para o PAA/UFV em relação à FBB e isso se justifica, principalmente, pela maior capilaridade de uma ação em relação à outra, sendo que o PAA/UFV teve uma abrangência maior. Outro ponto que merece destaque é a diversificação dos alimentos adquiridos, que pode ser explicada pela sazonalidade e pelos territórios dos quais os produtos foram comprados. Como a ação da FBB ficou localizada na região da Zona da Mata, que apresenta produção parecida entre os municípios, durante as compras, não se conseguiu uma variedade tão grande como a do PAA/UFV, que teve seus produtos comprados de 17 municípios de diferentes regiões de Minas Gerais.

É interessante observar também a diferenciação quanto à forma de distribuição dos alimentos. O PAA/UFV contou com uma ampla rede de atores, com distintas relações pouco intensas, para a entrega dos kits. Já a ação da FBB teve uma rede com relações mais intensas, com parcerias já estabelecidas que apenas se fortaleceram para execução da ação. Estas questões serão aprofundadas no próximo tópico sobre as redes de atores para a implementação das ações.

### **5.3 REDES DE ATORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES**

Este tópico tem como finalidade destacar o importante papel realizado pelos atores sociais, parceiros do CTA-ZM, para que a ação obtivesse êxito. Cabe ressaltar a importância da rede para que a ação da FBB e o PAA/UFV fossem realizadas. A articulação do CTA, com diversidade de atores, interliga agricultores a organizações o que, possivelmente, não aconteceria sem a mediação dessa organização.

De modo geral, segundo Telles *et al.* (2021), a articulação em redes foi fundamental na construção de alternativas durante a pandemia e tornou-se um meio para a expansão das relações de confiança e de solidariedade, além de ser essencial para a garantia da resiliência da agricultura familiar. De acordo com as autoras, para que isso se concretizasse, foi necessário criar novos arranjos das relações sociopolíticas e econômicas.

Na visão dos entrevistados, a rede de implementação da ação da FBB teve o CTA-ZM como o ator central, seja na captação do recurso, seja na articulação, organização e operacionalização da ação e na prestação de contas. Outros atores também tiveram papéis importantes no processo de operacionalização. Utilizou-se de categorizações analíticas, de acordo com a atuação de cada ator na rede. Observa-se que as redes são compostas por: (i) organizações fornecedoras de recursos; (ii) organizações receptoras e executoras dos recursos;

(iii) organizações mediadoras e articuladoras; (iv) organizações fornecedoras de alimentos; e (v) organizações e famílias receptoras dos alimentos, conforme Figura 4.

Figura 4- Categorização de atores do processo de implementação das ações emergenciais



Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

O CTA-ZM teve papel importante na operacionalização da FBB, como principal articulador e mobilizador, em relação às organizações fornecedoras, beneficiárias, fornecedoras de recursos e de mediação e articulação, sendo o elo principal, de forma a tornar possível a execução da ação. Conforme relatado pela E2CTA-ZM, “O CTA foi o maior articulador para execução da ação”.

Apesar da atuação do CTA-ZM ser caracterizada por uma corrente de fortalecimento das redes de agroecologia, para a execução dessa ação emergencial, outras parcerias foram fundamentais. Como distribuição de cestas não é um tipo de ação comumente realizada pelo CTA-ZM ao longo de sua história, a pandemia exigiu a articulação entre diversos atores sociais, de diferentes municípios, para que a ação emergencial fosse executada.

A FBB foi a organização financiadora dos recursos necessários para a execução da ação que mapeou as demandas e disponibilizou o recurso aos parceiros que já executavam projetos por meio do Programa Ecoforte. A relação de proximidade entre a FBB e o CTA-ZM foi

decisiva no acesso aos recursos para a execução da ação e a sua prestação de contas, segundo a E1CTA-ZM.

O CTA-ZM foi a organização responsável pela mobilização e pelo gerenciamento do recurso, além de ter papel fundamental para o transporte dos alimentos da agricultura familiar até Viçosa, inclusive no apoio à distribuição às famílias beneficiadas. No ponto de vista da E2CTA-ZM, sem o CTA-ZM, a ação da FBB ficaria comprometida, pois foi essa organização que disponibilizou funcionários e carros: "foi o elo, o pivô, de todo processo, dos fornecedores, das pessoas que receberam as cestas. Nós [funcionários] fomos os comunicadores no meio dessa história" (E2CTA-ZM).

Outros parceiros, entidades financiadoras do CTA-ZM, como a AAID e a PPM, atuaram como organizações de auxílio e de apoio na distribuição de cestas da FBB. A AAID disponibilizou parte dos recursos para apoiar na logística de distribuição de produtos, enquanto a PPM apoiou nas compras adicionais de produtos necessários para a complementação das cestas.

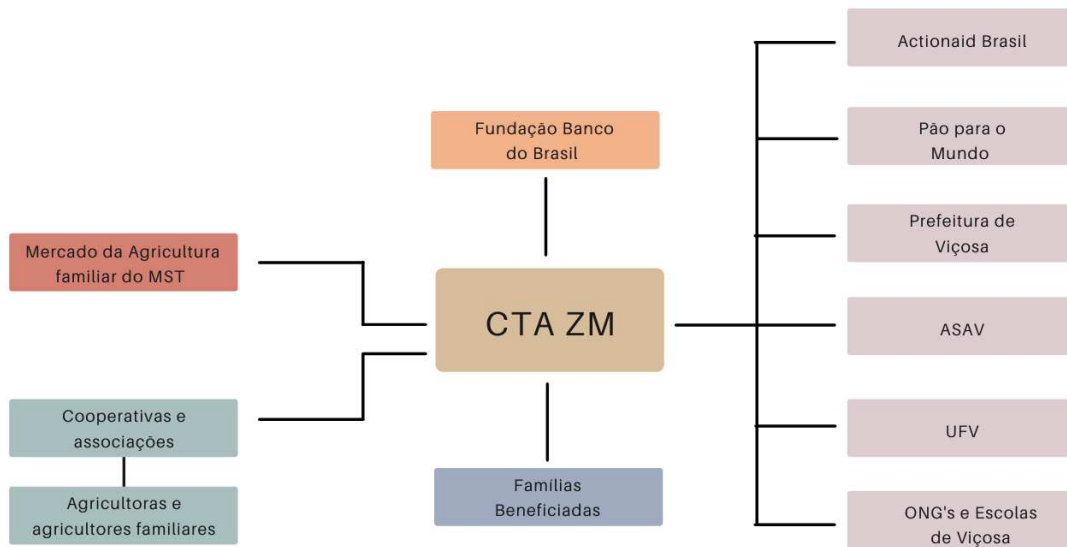
Outras instituições, mencionadas como apoio, são: UFV, Associação dos Servidores Administrativos da Universidade Federal de Viçosa (ASAV), ONGs, escolas de Viçosa e a Prefeitura de Viçosa. Nessa ação, a UFV realizou o empréstimo de equipamentos, como carrinhos para transporte de caixas de alimentos, enquanto a ASAV disponibilizou o espaço, um Ginásio Poliesportivo, que serviu como centro de recepção, montagem e distribuição de alimentos. Já o levantamento das famílias que se encontravam em situação de insegurança alimentar em bairros periféricos de Viçosa foi realizado com o apoio de ONGs e representantes de escolas do município.

A Prefeitura de Viçosa, principalmente por meio da Secretaria de Assistência Social, auxiliou na distribuição das cestas e no mapeamento das famílias em vulnerabilidade social que se encontravam em situação de insegurança alimentar e nutricional. Além disso, disponibilizou dois funcionários para montagem das cestas e um automóvel para distribuição delas; realizava também a requisição de pedidos de entrada no município, no período de vigência do Decreto Municipal nº 5.484 de 2020, que determinava a realização de rastreamento clínico obrigatório para quem passasse pelas barreiras sanitárias instaladas em Viçosa.

As organizações fornecedoras de alimentos foram o Mercado da Agricultura Familiar do Movimento Sem Terra (MST), na articulação para compra de arroz agroecológico, item essencial da cesta, mas difícil de encontrar na região, e as cooperativas e associações da agricultura familiar da Zona da Mata mineira. As cooperativas e associações, além de comercializarem seus produtos, atuaram como articuladoras e mobilizadoras dos agricultores

familiares. O contato do CTA-ZM com as organizações iniciou-se durante a construção da proposta enviada à FBB, visando otimizar o tempo, já que a ação seria de curta duração (um mês). Esse primeiro contato foi essencial para o levantamento de produtos disponibilizados pelos agricultores familiares associados, dos volumes e para verificar o interesse da cooperativa em participar, caso o projeto fosse aprovado. A Figura 5 explicita alguns atores mencionados como essenciais na implementação da ação emergencial da FBB.

Figura 5 – Organizações parceiras na implementação da ação emergencial da FBB



Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

Percebe-se a importância das cooperativas e das associações dos municípios não apenas como organizações fornecedoras de alimentos, mas também como instrumentos de articulação e difusão de informações aos agricultores familiares, que encontravam dificuldades de acessá-las em momento de pandemia, ou seja, na rede de implementação, as cooperativas atuam como agentes comerciais (que mediam as vendas para as ações, emitem as notas fiscais, recebem os pagamentos e repassam aos cooperados). Atuavam também como articuladoras sociais e como pontes na rede, interligando os agricultores (fornecedores de alimentos) aos demais atores da rede que não conseguiam estar em contato direto com eles.

Autores como Granovetter (1973) e Lotta (2010) ressaltam a importância da atuação das pontes para o bom funcionamento das redes. Granovetter (1973) explica que essa capilaridade só é possível devido à atuação de pontes que conectam indivíduos e organizações que não possuem nenhum contato. Lotta (2010) classifica as pontes como mediadoras e seu papel é realizar uma intermediação comunicativa, construir novas alianças, coordenar atividades e elaborar propostas conjuntas de ações.

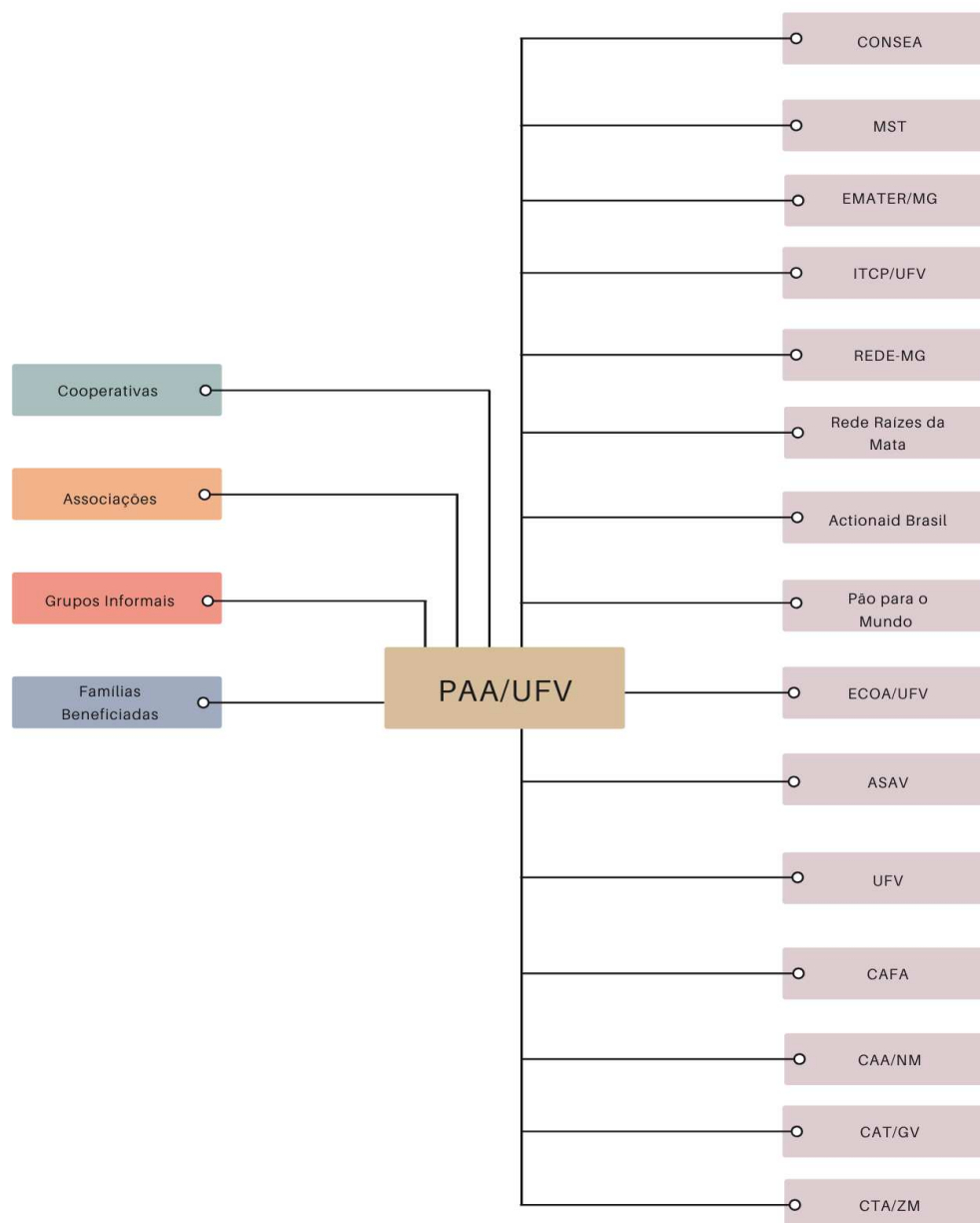
A ação da FBB envolveu atores que já se relacionavam antes das ações devido a diversas atividades articuladas pelo CTA-ZM nas últimas décadas; prevaleceram então relações de laços fortes, uma rede mais densa. Segundo os seis entrevistados, esse foi um dos diferenciais da ação da FBB, devido às relações de confiança e ao capital social constituídos, o que favoreceu a cooperação, tornou o processo mais participativo e apresentou fluxos de informações mais horizontalizados, facilitando a comunicação entre os atores da rede (PUTNAM, 2006). É uma rede fundamentada em laços fortes, que foram constituídos por meio de relações mais intensas, o que, nesse caso, aumentou a probabilidade de mobilização e a defesa dos interesses compartilhados, comprovando as constatações apresentadas por Lin (1999).

Em relação aos laços acionados para a concretização do PAA/UFV, segundo os entrevistados, os contatos que foram constituídos, ao longo do processo, acabaram causando um problema para a execução; diversas organizações receberam o recurso bem depois do prazo estabelecido e isso gerou desconfiança, conforme mencionado, principalmente, por ECOOPAF, E1CTA-ZM e E2CTAZM.

O recurso executado para implementação do PAA/UFV foi gerenciado pela referida instituição de Ensino Superior, sendo esta a entidade receptora dos recursos das emendas parlamentares. A Chamada Pública e o processo de compra tramitaram na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da UFV. Segundo a E2CTA-ZM, a UFV ficou responsável pela parte burocrática e documental e também apoiou na logística de distribuição dos produtos.

De acordo com relatos dos entrevistados E1CTA-ZM, E2CTA-ZM e E3CTA-ZM, no entanto, sem uma articulação em rede que envolvesse diferentes atores, a execução do PAA/UFV ficaria comprometida, pelo fato de o prazo para execução ser restrito, mas o volume de recursos, as famílias beneficiadas e o número de municípios abrangidos exigiam o envolvimento de diferentes entidades, de distintos municípios de Minas Gerais. A Figura 6 demonstra a diversidade de atores que foram importantes para a implementação da ação.

Figura 6 – Organizações parceiras na implementação da ação emergencial da PAA/UFV



Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

O CTA-ZM participou de todo o processo de mobilização, organização e articulação das entregas realizadas pelo PAA/UFV; segundo o E3CTA-ZM, o “CTA-ZM se responsabilizava pela parte de campo”, que seria o contato direto com as organizações da agricultura familiar fornecedoras de produtos. Além disso, destinou recursos de outros projetos institucionais para apoio nas entregas em Viçosa e em municípios próximos. Assim como na execução da ação da FBB, houve o apoio por intermédio de recursos financeiros da AAID e do PPM.

Para a montagem das cestas e kits do PAA/UFV, novamente utilizou-se as redes de parceiros, como a ASAV, que disponibilizou um espaço aberto e amplo para recebimento dos produtos e montagem das cestas e kits. Assim como recebeu contribuições da EMATER – escritórios locais de alguns municípios, do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), que apoiaram na articulação com as organizações nos municípios onde o CTA-ZM não atua. Contou-se também com recursos advindos de financiadores como a AAID e o PPM, principalmente em relação à logística para distribuição. Outros parceiros, como ECOA e CONSEA-MG, foram importantes na construção e na articulação da proposta.

As cooperativas, associações e grupos informais foram fundamentais no fornecimento dos alimentos, assim como na ação da FBB. No caso do PAA/UFV, organizações de 17 municípios forneceram alimentos. Os municípios com maior número de DAPs fornecedoras foram Governador Valadares e Viçosa, cada um com três representantes.

A articulação para montagem das cestas envolveu empreendimento coletivos, cooperativas de agricultoras e agricultores familiares que ofertaram produtos não perecíveis como arroz, feijão, fubá, canjiquinha, farinha de mandioca, farinha de milho, polvilho e açúcar mascavo; produtos *in-natura* como abacate, abóbora, banana, batata-doce, inhame, laranja, mandioca, mexerica e produtos processados como roscas e biscoitos (E3CTA-ZM, 2021).

Os entrevistados E1CTA-ZM, E2CTA-ZM e E3CTA-ZM relataram que as organizações da agricultura familiar construíram novos arranjos para atender os requisitos e os produtos exigidos na Chamada Pública. Um exemplo citado pela E1CTA-ZM menciona a intercooperação entre duas organizações que já se relacionavam mesmo antes das ações acontecerem, sendo duas cooperativas que se uniram para fornecer produtos de maneira conjunta, mas utilizando o CNPJ de apenas uma das organizações, a que estava habilitada e atendia às exigências da Chamada Pública.

Então, essas novas organizações algumas, igual assim, seguiu o exemplo da COOPAF, por exemplo, que foi uma das que conseguiu ser contemplada, né? Uma grande parte assim do recurso de cooperativa parceira foi a de Muriaé e a de Carangola. Ali eles fizeram uma relação assim estratégica bem bacana porque eles viram que eles não iam conseguir ser contemplados então agregaram outros parceiros na entrega desses produtos. Eles foram vendo assim ‘ah a gente pode colocar aqui o fubá, mas fubá não é nosso, fubá é de outra cooperativa que não foi contemplada, então a gente pega e entrega no nosso nome. Foram criando essas redes ali entre eles mesmo pra conseguir escoar (E1CTA-ZM, 2021).

É válido ressaltar que essa ação também envolveu um número maior de atores com um grau de relacionamento menor. Granovetter (1973) é um dos autores que defendem a ideia de que quanto mais contatos indiretos, maiores são os elos com outros atores e maiores as chances de extrapolar vínculos densos, há uma valorização dos laços fracos que são compostos por relações de pouca proximidade. É importante estar inserido em várias redes de laços fracos, visto que são esses que produzem as ligações entre distintas redes de relacionamento, fazendo com que o indivíduo ou o grupo obtenha acesso a uma pluralidade de informações adquiridas (RAUD MATTEDI, 2005). Porém, na visão dos entrevistados, principalmente E1CTA-ZM, E2CTA-ZM, E3CTA-ZM e ECOOPAF, as relações pouco intensas desfavoreceram o processo de implementação da ação do PAA/UFV, já que havia pouco envolvimento entre os atores e baixos níveis de confiança.

Dessa forma, a partir dessas experiências, é possível corroborar com Freitas (2015), segundo o qual o capital social se torna fundamental para implementação de ações. Ainda segundo esse autor, se uma rede for densa e mais integrada, com relações sociais e de confiança enraizadas, maior é o volume de capital social de integração. Percebe-se que as relações sociais estabelecidas previamente fortalecem o capital social, facilitando a cooperação espontânea para o desenvolvimento de ações emergenciais durante a pandemia, comprovando as evidências de Putnam (2006).

De fato, as redes facilitam o fluxo de informações e o acesso a recursos incorporados e acessados, a fim de obter retornos para as organizações da agricultura familiar. Dessa forma, pode-se dizer que os indivíduos e as organizações utilizaram do capital social como um ativo coletivo com o objetivo de aumentar as chances de retorno para os indivíduos, para as organizações e para as comunidades (LIN, 1999).

É importante ressaltar que, embora a rede de implementação do PAA/UFV tenha englobado uma rede menos densa, foi possível estabelecer a configuração de uma nova rede envolvendo diferentes atores que tinham pouco ou nenhum contato previamente à ação. A formação dessa nova rede é favorável, já que ela pode ser fortalecida e acionada para outros fins mais adiante, por exemplo, para a operacionalização de outras ações emergenciais ou articulação para elaboração e execução de projetos futuros.

#### 5.4 RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

O contexto das cooperativas e associações da agricultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais foi afetado principalmente no âmbito dos canais de comercialização acessados antes da pandemia. Na COOPAF, os impactos, principalmente econômicos, foram percebidos logo nos primeiros meses das restrições sanitárias, no ano de 2020. A ECOOPAF disse que a preocupação financeira causou o desespero dos diretores da organização, devido às obrigações financeiras e tributárias da própria cooperativa, assim como o comprometimento da renda dos agricultores familiares:

A feira agroecológica e a entrega do PNAE também pararam. Foi até a segunda quinzena de março e aí a gente foi guardando porque eles falavam assim “ah daqui um mês passa, daqui dois meses passa e tal”. Quando foi final de abril, a gente começou a ficar meio desesperado. A gente ficou meio sem rumo porque a nossa cooperativa por movimentar muito, né? Quando eu digo que tinha que movimentar, é tanto no sentido financeiro, mas também de contribuir com a geração de renda de muitos agricultores. Da gente ter funcionários, nós temos quatro funcionários. Então assim, a despesa tava rolando, as responsabilidades aqui. Então quando foi final de abril nós começamos a ficar um pouco desesperados (ECOOPAF, 2021).

A mesma análise do contexto vivenciado pela agricultura familiar é realizada pelo E3CTA-ZM:

A agricultura familiar passava por um momento de forte restrição na comercialização dos produtos, devido à redução de dotação orçamentária de programas como o PNAE e PAA, limitações financeiras das administrações municipais, além dos impactos socioeconômicos da pandemia da Covid-19, que também reduziu as vendas com a impossibilidade de realização de feiras, por exemplo (E3CTA-ZM).

Nos casos do CCB e da COOAPRA, antes da pandemia, as entregas para a alimentação escolar eram a única fonte de renda da organização. O E3CTA-ZM afirmou que o maior impacto para os agricultores familiares foi a paralisação das aulas presenciais, uma vez que os produtos *in natura* eram vendidos apenas para o PNAE e “com o PNAE parado, não teve pra onde escoar os excedentes da produção dos agricultores” (ECOOPRA, 2021).

A dependência do PNAE de muitas organizações da agricultura familiar e a dificuldade em buscar novos mercados não é um fato novo e pode apresentar uma série de efeitos negativos para a sobrevivência financeira delas, conforme apontaram Pinto (2017) e Moreira *et al.* (2021). No caso das cooperativas e associações da Zona da Mata, essa é também uma realidade que afetou, significativamente, a receita durante a pandemia. Em março de 2020, a paralisação das

aulas presenciais e a suspensão de contratos do PNAE foram “um fator que impactou muito a renda do CCB e gerou muita insegurança” (ECCB, 2021).

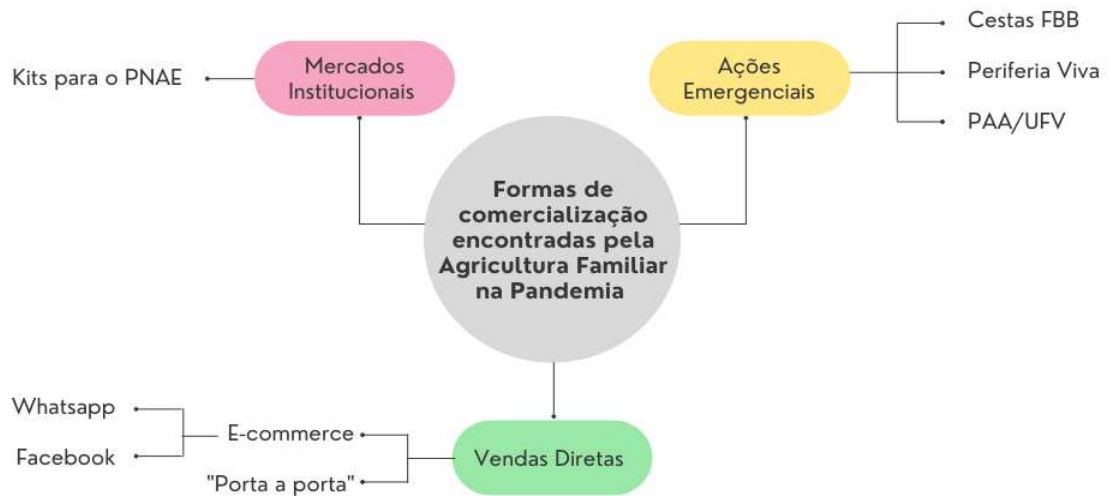
De fato, os mercados acessados estavam paralisados, os agricultores familiares sofreram muito com a paralisação das feiras e das aulas, era necessário “se adaptar” (ECOOAPRA, 2021). Eles perceberam que “iam perder o investimento, iam perder a produção porque muitos vendiam produtos não perecíveis” (ECOOPAF, 2021). Tal fato é confirmado pela E2CTA-ZM:

Os agricultores familiares tavam com um sentimento de muita alteridade no primeiro contato que tivemos. Assim, eles tinham muita comida, né? Muita coisa que sabiam que ia perder, quis tocar e que não ia ter escoamento. Do PAA, que é os programas que eles participavam que ia tá, que tava tudo travado e sabendo da necessidade de ajudar também porque eles sentiam que não ia ser tão rápido, assim que a coisa ia ficar pior do que tava ali no cenário colocado (E2CTA-ZM, 2021).

A adaptação, uma reação positiva frente às adversidades impostas pela pandemia, passa a ser uma exigência para manutenção e sobrevivência da agricultura familiar. A capacidade de traçar novas estratégias e de acessar novos mercados, iniciativas inovadoras, reforçaram a resiliência da agricultura familiar. Essa resiliência só foi possível devido à autonomia produtiva e comercial dos agricultores familiares agroecológicos e que, normalmente, estavam inseridos em redes articuladas antes mesmo da pandemia. As relações construídas favoreceram as vendas diretas, baseadas em acordos informais, relações de proximidade e confiança, assim como arranjos organizativos pré-existentes (HILLENKAMP; LOBO; TELLES, 2021).

Para fins de sistematização dos mercados acessados pela agricultura familiar, especialmente dos agricultores familiares, cooperativas e associações da Zona da Mata de Minas Gerais frente à pandemia, apresenta-se a Figura 7. A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar três principais formas de comercialização: (i) mercado institucional; (ii) ações emergenciais; e (iii) vendas diretas.

Figura 7 – Formas de comercialização encontradas pela agricultura familiar durante a pandemia



Fonte: Elaboração própria, com resultados de pesquisa, 2021.

A ação emergencial da distribuição de cestas da FBB é analisada como um pontapé inicial da comercialização das organizações da agricultura familiar no período pandêmico. Para a ECOOPAF, a primeira oportunidade de escoar a produção de muitos agricultores foi a ação emergencial da FBB, mas, posteriormente, os agricultores familiares organizaram-se para acessar outros mercados, principalmente, devido à descontinuidade das ações emergenciais. Na visão dessa entrevistada, a ação pioneira foi essencial para a mobilização e organização produtiva e social dos agricultores e demonstrou a eles que era necessário “Juntar para juntos também conseguir soluções naquele momento adverso” (ECOOPAF, 2021). Telles *et al.* (2021) perceberam que, de fato, em tempos de isolamento social, houve um aumento da necessidade de expandir a cooperação, as relações de reciprocidade e a solidariedade.

Além disso, E1CTA-ZM e E3CTA-ZM relataram que a adaptação das cooperativas e associações foram primordiais para sobrevivência das organizações e da agricultura familiar após a execução dessa ação emergencial, que foi pioneira na região. Os agricultores passaram a se organizar para acessar novos mercados ou reconfigurá-los, mas não conseguiram comercializar os mesmos volumes de antes da pandemia. O E3CTA-ZM também explica:

Quando [nós técnicos do CTA] voltamos para articular a execução do PAA, a agricultura familiar, individualmente ou através de redes de consumo, empreendimentos coletivos e cooperativas, em diversos municípios da região, tinha criado ou fortalecido outros mecanismos de comercialização, sendo a principal delas as vendas através de delivery (E3CTA-ZM, 2021).

Após dois meses da finalização da ação FBB, iniciou-se a mobilização para a execução do PAA/UFV. Apesar de o PAA/UFV se enquadrar como um mercado institucional de aquisição de alimentos da agricultura familiar, neste trabalho, refere-se ao PAA/UFV como uma ação emergencial, pois sua execução não foi realizada a partir de recursos do MC e do Mapa, que atualmente são os órgãos federais responsáveis pelo programa, mas sim a partir de recursos de emendas parlamentares.

Como a ação do PAA/UFV exigia um volume maior de produtos com entregas a serem realizadas também em um curto período (aproximadamente dois meses), a ação exigiu da agricultura familiar a articulação em rede para mobilizar e unir distintos agricultores familiares. Conforme ECCB, a divisão dos produtos foi realizada a partir da disponibilidade dos produtos de cada agricultor familiar:

Uma pessoa tinha disponibilidade para fazer quitanda e foram para cozinha fazer. Outros tinham disponibilidade para torrar farinha, ou fazer um fubá. Assim a gente foi se dividindo. Alguns tinham banana, a gente se mobilizou e se uniu pelo *WhatsApp* [...] Por exemplo nós precisamos de mais banana, aí teve que pegar com uma outra pessoa que não era associada, mas também estava em dificuldade (ECCB, 2021).

A ECCB classifica a ação do PAA/UFV como gratificante e afirma que muitas mulheres da comunidade relataram a importância da renda extra possibilitada pela ação. Já a ECOOPAF analisa o PAA/UFV como um suporte nas vendas da cooperativa, sendo uma ação que possibilitou a comercialização de uma grande variedade de produtos, incluindo verduras e panificados, que são o carro chefe das produções das mulheres cooperadas. Dessa forma, a partir dos relatos dessas duas entrevistadas e da EICTA-ZM, constata-se que a ação do PAA/UFV foi fundamental para a aquisição de produtos de mulheres agricultoras:

Tem as mulheres com a questão da produção de panificados, então foi uma forma também de fortalecer esses empreendimentos que não estavam escoando nada de produção né e assim eles nem tavam produzindo porque ainda não estava tendo renda, mas também não tinha outro mercado pra vender. Então isso foi bom também (EICTA-ZM, 2021).

Outra ação emergencial citada pelos entrevistados e executada em 2020 foi a Campanha Periferia Viva, de caráter solidário. As entrevistadas das cooperativas COOPAF e COOPRA afirmam que, em um determinado momento, os recursos das vendas para o Periferia Viva foram primordiais para complementação da renda dos agricultores e para o escoamento da produção que estava parada.

Telles *et al.* (2021) relataram que a Campanha Periferia Viva, na Zona da Mata de Minas Gerais, protagonizada pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e pelo CTA-ZM, possibilitou a aquisição de 700 quilos de produtos, entre setembro e dezembro de 2020, sendo que grande parte dessa produção teria sido perdida por falta de canais de comercialização.

A Campanha Periferia Viva torna-se então uma rede de apoio e distribuição de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar. De modo geral, consiste em recolher recursos advindos de doações de Pessoas Jurídicas e de Pessoas Físicas, que realizam transferências a uma conta bancária institucional específica. Os valores arrecadados são utilizados para a compra de alimentos de base agroecológica e de produtos naturais de higiene, priorizando a agricultura familiar agroecológica, especialmente famílias atingidas direta e indiretamente pela mineração, e são repassados às famílias beneficiadas (CTA-ZM, 2021).

Além dessas formas de comercialização, E1CTA-ZM e E2CTA-ZM também destacaram que a partir do mês de abril de 2020, após as determinações da Resolução nº 2 do FNDE<sup>12</sup>, algumas escolas começaram a demandar kits de alimentos para distribuição para os alunos. Essa demanda foi muito importante para a retomada das vendas para a merenda escolar. A paralisação do PNAE gerava muita insegurança aos agricultores familiares e às organizações que tinham grande parte de sua renda vinculada a esse mercado.

A grande maioria dos kits direcionados à alimentação escolar foram adquiridos por meio de uma parceria entre as Prefeituras e as cooperativas e associações da agricultura familiar que já haviam firmado contrato para comercialização no PNAE durante o ano de 2020. Os kits surgiram como uma forma de adaptação ao contexto de paralisação das aulas, dando continuidade ao atendimento das necessidades nutricionais dos alunos das escolas públicas. Segunda a ECOOPAF: “A entrega dos kits salvou a cooperativa durante o mês de setembro e agosto [de 2020]” (ECOOPAF, 2021).

Para as organizações que dependiam dos recursos do PNAE para garantia da sobrevivência, os kits foram essenciais para centenas de agricultores familiares. No caso explicitado pela ECCB, a Prefeitura entrava em contato com a organização, solicitava uma lista de produtos e os alimentos que não eram produzidos pela agricultura familiar local, eram adquiridos nas mercearias do município:

---

<sup>12</sup> A Resolução não torna obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE durante a pandemia. No entanto, determinava que, se possível, as EEXs deveriam priorizar a compra de produtos *in natura*, assim como a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, optando preferencialmente pela compra local.

Os kits ajudava a gente, a gente vendia um pouco [...] As escolas, que a gente já tinha projeto de venda feito antes da pandemia, mais as escolas municipais, as do estado era mais complicado. Mas funcionava assim, eles pediam para gente os produtos, a gente mandava e eles complementavam o restante comprando nas mercearias mesmo (ECCB, 2021).

O FNDE, entidade governamental responsável pela execução do PNAE, no âmbito da Resolução nº 02 de 2020, autorizou a distribuição de kits para a alimentação escolar desde que as EEXs seguissem as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional, respeitando os hábitos e cultura alimentares e, preferencialmente, kits compostos por alimentos *in natura* e minimamente processados, tanto para os gêneros perecíveis como para os não perecíveis<sup>13</sup>.

Segundo os entrevistados, alguns municípios da Zona da Mata mineira priorizaram as compras da agricultura familiar para montagem dos kits para a alimentação escolar, conforme relato:

Em alguns municípios como Espera Feliz, Sem Peixe, Divino, Muriaé, que tem essa questão da articulação também. Então eles conseguiram outros meios também ali para escoar a produção, para conseguir um recurso a mais pra ir conseguindo e até mantendo, né? Durante a pandemia foi uma parceria com a Prefeitura principalmente porque não tava tendo aula, mas as cestas continuaram sendo entregue pras crianças né? Então ali eles fizeram uma parceria com a Prefeitura e entregaram parte dos produtos para eles [...] Lá em Acaiaca eles também conversaram com a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Educação que começaram a pegar os produtos dos agricultores ali da região também pra montar essas cestas para as crianças (EICTA-ZM, 2021).

De acordo com a ECOOPAF, as eleições municipais, que ocorreram em 2020, foram um fator determinante para a compra de produtos das cooperativas e associações para a montagem dos kits. Para ela, os prefeitos aproveitaram essa oportunidade para se promover e ganhar apoio político da agricultura familiar dos municípios.

Outra forma de comercialização durante a pandemia foram as vendas diretas, fortalecendo os circuitos curtos de comercialização, que Schneider *et al.* (2020) classificam como novas dinâmicas de comercialização, praticadas a partir da digitalização do abastecimento alimentar.

---

<sup>13</sup> Além disso, a Resolução nº 02 de 2020 do FNDE autorizou que, durante o período de suspensão de aulas, em decorrência das situações de emergência em saúde pública de importância nacional e de calamidade pública causadas pelo novo coronavírus, estava autorizada a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes, a critério do poder público local. Os estados, municípios, o Distrito Federal e as escolas federais poderiam utilizar os recursos do PNAE exclusivamente para garantir a alimentação dos estudantes da Educação Básica.

As vendas diretas, principalmente via *e-commerce*, foram uma das principais alternativas adotadas por cooperativas, associações e agricultores familiares para a superação da crise pandêmica e da dificuldade de acesso a mercados de diversas localidades do Brasil, conforme apontaram também Lopes, Viana e Alfinito (2020); Schneider *et al.* (2020); Antônio, Assis e Aquino (2021), Telles *et al.* (2021) e Junqueira (2021).

Se, por um lado, os modelos e formatos dessas experiências já eram, em alguma medida, conhecidos e experimentados, por outro, o que a pandemia acarretou foi a premente necessidade de sua expansão generalizada e imediata, na maior parte das vezes ao atropelo das condições técnicas, operacionais e logísticas mínimas. Produtores e consumidores individuais ou organizados em grupos e associações tiveram, na maior parte dos casos conhecidos e já registrados, que improvisar infraestruturas, técnicas e comportamentos, sem suporte gerencial e material adequados, suficientes e convenientes (JUNQUEIRA, 2021, p. 57).

Tanto pelo relato de Junqueira (2021) como pelos relatos dos entrevistados, essa forma de comercialização foi o mercado que mais exigiu adaptação da agricultura familiar, devido à dificuldade de acesso à internet no meio rural, ao pouco conhecimento sobre a utilização do *Facebook* e do *WhatsApp* como ferramentas comerciais e pela necessidade de improvisar infraestrutura e técnicas se reinventando e possibilitando a comercialização.

A Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária de Divino, por exemplo, começou a comercializar em Belo Horizonte, enquanto outras organizações da Zona da Mata montavam cestas agroecológicas e ofereciam, no *Facebook* e no *WhatsApp*, uma lista semanal, para que as pessoas fizessem as encomendas e recebessem os produtos agroecológicos em domicílio, por meio do *delivery* (E1CTA-ZM, 2021).

E1CTA-ZM, E2CTA-ZM e E3CTA-ZM explicam que a articulação da montagem das cestas implicou na necessidade da atuação em redes. Um responsável de cada organização entrava em contato com os agricultores familiares para levantamento dos produtos disponíveis para a composição das cestas, organizavam uma lista semanal de produtos, divulgavam as listas nas redes sociais, montavam e entregavam as cestas.

A ECCB explica que muitos associados começaram a vender “porta a porta”, o que consistia em oferecer os produtos diretamente nas casas, e também montavam cestas para as vendas *delivery*. No entanto, as vendas “porta a porta” e *delivery*, nesse caso, não foram realizadas via associação, mas sim, individualmente, por alguns associados. A aproximação entre produtores e consumidores e a mudança nos hábitos de consumo, com o aumento expressivo das compras de produtos pela internet, foi aproveitada pelas organizações e deve se manter após o período de pandemia. De acordo com a ECOOPAF e a ECOOPRA, mesmo

após o retorno das feiras presenciais, as cooperativas continuam com as vendas de cestas *delivery*. Isso comprova que, nesse processo de resiliência durante a pandemia, a agricultura familiar precisou se adaptar, mas também se fortaleceu, conforme Lopes, Viana e Alfinito (2020) constataram.

As diferentes formas de organização e de acesso aos mercados durante a pandemia demonstram como a agricultura familiar conseguiu se adaptar e criar mecanismos alternativos, visando gerar renda e evitar perda de produção. No entanto, percebe-se que muitas alternativas e estratégias foram construídas e executadas em razão das relações sociopolíticas estabelecidas que apoiaram a agricultura familiar.

Nesse contexto, notou-se que as principais reestruturações ocorreram na organização socioprodutiva, nas formas de comercialização, fortalecendo os circuitos de comercialização via mercados regionais e locais, e reforçando articulações sociais e políticas essenciais para a garantia da resiliência da agricultura familiar frente à pandemia.

## **5.5 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES ENFRENTADAS PELA REDE PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES**

Neste tópico, são discutidas as dificuldades e as limitações que foram encontradas em ambas as ações. Esse levantamento foi realizado com base nas entrevistas com os articuladores da ação e com os fornecedores de produtos, além de relatos encontrados em documentos técnicos que foram disponibilizados pelo CTA-ZM e pela organização das ações do PAA/UFV. Iniciaremos a discussão com as entregas da FBB, sendo que essa foi a ação pioneira, logo no início do período pandêmico.

A Figura 8 sistematiza as principais dificuldades enfrentadas para a execução da ação FBB apresentadas pelos entrevistados.

Figura 8 – Dificuldades enfrentadas para a execução da ação FBB



Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

A maioria das cooperativas e associações não tinham recursos e veículos disponíveis para transportar os produtos até o município de Viçosa, e as famílias beneficiadas encontravam dificuldades de buscar as cestas nos locais de distribuição. No entanto, a FBB não disponibilizou todo o recurso para logística, dessa forma, o CTA-ZM precisou firmar parcerias para auxiliar nesse processo e recorrer a projetos financiados por outras entidades para viabilizar a logística de entrega e distribuição dos produtos. Além disso, as barreiras sanitárias instaladas nas entradas da cidade restringiam a mobilidade e o acesso à Viçosa, pois era necessário autorização para saída e entrada na cidade. Essa restrição dificultava a circulação de pessoas e, conseqüentemente, afetava a entrada dos alimentos.

Viçosa estava um pouquinho sitiada e tinha toda uma organização da prefeitura. Eu sei que por uma questão de saúde, de assistência social, a gente tinha que fazer requisições para cada pessoa que entrava dentro ou então se a gente saía pra buscar a gente tinha que ter uma requisição (E2CTA-ZM, 2021).

Acredito que os principais desafios foi realizar o levantamento da produção e organizar as rotas para busca e entrega dos alimentos (E3CTA-ZM, 2021).

A dificuldade com a logística de compra e distribuição dos produtos foi intensificada devido à necessidade de realizar todo o processo de recolhimento dos produtos, montar as cestas e traçar rotas de entrega, em um curto período, devido à perecibilidade dos alimentos. De acordo com o E3CTA-ZM, para evitar que houvesse perda dos produtos, todo o processo logístico foi realizado em dois dias, exigindo a articulação de diferentes atores e de recursos. A E1CTA-ZM

reforça que, para ela, o maior desafio para a execução da ação emergencial financiada pela FBB foi o gerenciamento do tempo de execução.

Se a gente tivesse um tempo, maior nós conseguiríamos mobilizar mais pessoas e organizar mais volumes, uma logística melhor, talvez até conseguimos captar mais recursos. Mas, pelo tempo imposto pelo edital da FBB, foi o que a gente conseguiu fazer (E2CTA-ZM, 2021).

Segundo a E2CTA-ZM, para concretização da ação, era necessário um trabalho a “várias mãos”, mas que, ao mesmo tempo, seguisse todos os protocolos de segurança e de distanciamento social. Outra dificuldade ocasionada pelo distanciamento social refere-se à dificuldade de acesso às informações e ao contato com os agricultores familiares, que, em muitos casos, não tinham acesso à internet no momento da eclosão da pandemia. Como naquele contexto não era possível a visita técnica às famílias agricultoras, foram as próprias organizações dos municípios que mediaram o contato entre as famílias e o CTA-ZM para levantamento dos produtos fornecidos e das famílias que teriam capacidade de fornecimento, para a organização da entrega dos produtos nas cooperativas e associações, assim como para o pagamento das notas fiscais.

Outro desafio operacional da execução da ação do FBB estava relacionado ao acesso de informações do CTA-ZM sobre a situação das famílias do município de Viçosa que poderiam receber as cestas agroecológicas. A princípio, conforme relata o E3CTA-ZM, buscou-se obter os dados das famílias em situação de vulnerabilidade social com o apoio da Secretaria de Assistência Social de Viçosa. Para ele, “a parceria visava facilitar o acesso às famílias em vulnerabilidade e fazer com que as doações chegassem em quem realmente precisava” (E3CTA-ZM, 2021). No entanto, a Secretaria apresentou desorganização em relação ao cadastro das famílias, sendo necessário traçar novas estratégias e consultar outras entidades, como escolas municipais e estaduais de comunidades periféricas do município, para identificação das famílias que seriam beneficiadas pela ação.

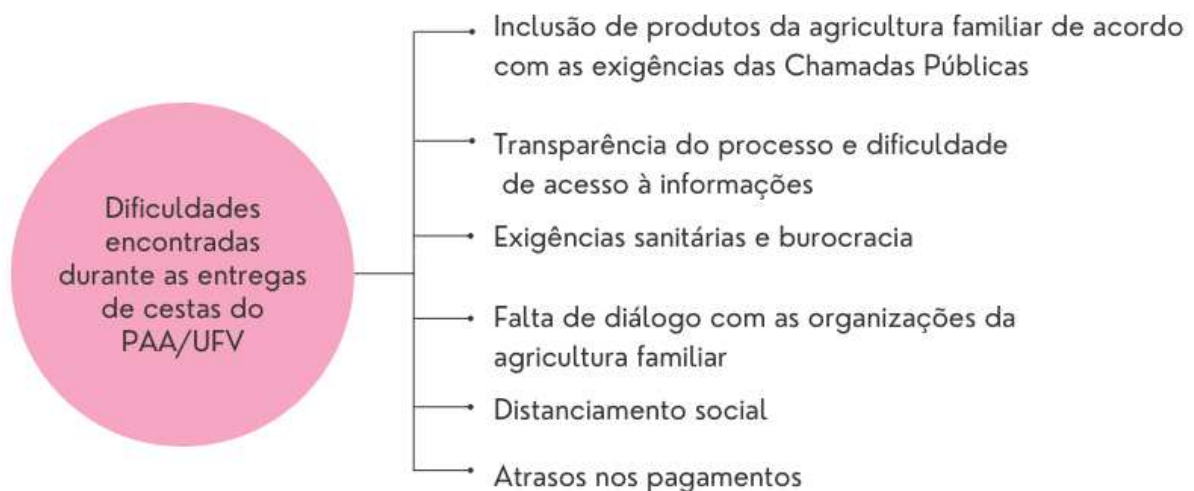
Além disso, as organizações fornecedoras de alimentos apresentaram dificuldade em oferecer produtos diversificados. Segundo E1CTA-ZM e E2CTA-ZM, a produção da região é muito peculiar e grande parte das cooperativas e associações comercializam os mesmos produtos, como café, verduras, laranja, limão e mandioca. Assim, foi necessário priorizar algumas organizações na primeira remessa de cestas e outras organizações na segunda remessa. Essa situação dificultava o acesso aos produtos que são essenciais para a composição de uma cesta de produtos básicos, como arroz, feijão e açúcar.

Outra dificuldade enfrentada, de acordo com E1CTA-ZM, E2CTA-ZM e E3CTA-ZM, foram as relações conflituosas que se construíram. A nova parceria estabelecida entre a Prefeitura de Viçosa e o CTA-ZM era uma novidade, e o apoio estava revestido de apoio político; muitas famílias beneficiadas acreditavam que estavam recebendo uma cesta da prefeitura.

O prazo para a execução da ação também foi um problema enfrentado, pois a FBB solicitou que a realização de todo processo de mobilização, mapeamento, compra e distribuição dos produtos ocorresse no prazo de apenas um mês; isso impossibilitou que o CTA-ZM realizasse a ação com um volume maior de entregas e com uma capilaridade maior de municípios beneficiados. Além de ser uma ação realizada de forma rápida, ela não teve continuidade, apesar da pandemia ter se estendido por vários meses.

Na Figura 9, apresentam-se as principais dificuldades enfrentadas para a execução do PAA/UFV, sendo que essas dificuldades, levantadas por todos os entrevistados, não se repetem nas duas ações.

Figura 9 – Dificuldades enfrentadas para execução da ação PAA/UFV



Fonte: Elaboração própria, com base em resultados da pesquisa, 2021.

ECOOPAF, ECCB E ECOOPRA relataram que uma das principais complexidades das organizações em acessar o PAA/UFV foram as exigências sanitárias impostas na Chamada Pública. A dificuldade de muitas organizações era apresentar as documentações exigidas, como alvará de funcionamento. As compras governamentais via PAA e PNAE, historicamente, são realizadas mediante condições higiênico-sanitárias adequadas. Costa, Amorim Júnior e Silva (2015) já haviam notado, antes mesmo da Pandemia, que as cooperativas e associações da

agricultura familiar apresentavam dificuldades na regularização e na adequação aos padrões e normativos sanitários exigidos pelas políticas públicas de compras governamentais.

A burocracia e as exigências documentais do PAA também se apresentaram como barreira no processo de implementação da política pública. Diferentemente da ação do FBB, o recurso foi gerenciado pela UFV e seguiu todas as imposições legais do PAA, especialmente da modalidade Compra Institucional<sup>14</sup>, o que tornou o processo mais vagaroso e exigiu o envolvimento de uma rede mais complexa de articulação para a execução da ação. Tal fato é relatado pela EICTA-ZM: “Desde o início foi assim, tudo dependia de assinatura, tudo dependia de ser protocolado, dependia de várias instâncias que você tem que seguir pra conseguir fechar o PAA” (EICTA-ZM, 2021).

Telles *et al.* (2021), ao analisarem os mercados acessados por mulheres agricultoras familiares da Zona da Mata de Minas Gerais durante a pandemia, notaram que, de fato, as políticas públicas de compras governamentais, em alguns casos analisados, foram primordiais para geração de renda no meio rural, devido à capacidade de absorção de produtos demandados pelas EExs dos recursos. No entanto, percebe-se também que, dentre os mercados acessados, o PAA era o que apresentava os processos mais burocráticos em função de uma série de critérios e orientações determinadas por distintos níveis governamentais.

O processo burocrático para a execução do PAA/UFV desencadeou outras três dificuldades apontadas pelos entrevistados. A primeira está relacionada à dificuldade que as cooperativas e associações encontravam em acessar informações, impossibilitando a transparência dos processos de implementação. Segundo relatos, os representantes de cooperativas e associações queixavam-se sobre o conteúdo e a linguagem dos documentos disponibilizados pela UFV, além da dificuldade sobre quais órgãos institucionais procurar em caso de dúvidas com relação às Chamadas Públicas e até mesmo sobre os pagamentos das notas fiscais; enquanto outro grupo de organização reclamava da falta de transparência sobre os critérios para a seleção de algumas cooperativas e associações em detrimento de outras.

Teve muitos [grupos] que ficaram de fora ou que não conseguiram atender aos critérios e até como foi. Muitas exigências às vezes não chegavam por conta da pandemia, por conta das dificuldades tecnológicas, né? Que a gente já sabe comunicação no campo e quando chegava também a linguagem um pouco dificultada, então alguns perderam e nem entenderam muito o porquê [...] a transparência desse processo deixou a desejar um pouquinho, da seleção dos fornecedores (E2CTA-ZM, 2021).

<sup>14</sup> De acordo com o Ministério da Cidadania (2021), as principais leis e resoluções específicas que regulam o PAA modalidade Compra Institucional são a Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, Decreto nº 7.775 de 4 julho 2012 (atualizado pelo Decreto nº 8293), Decreto nº 8.473 de 22 de junho de 2015, Resolução CIT nº 1 de 14 de março de 2016 e a Resolução GGPAA nº 84 de 10 de agosto de 2020.

A segunda dificuldade refere-se à inclusão de produtos da agricultura familiar de acordo com as exigências das Chamadas Públicas de compras governamentais, dificuldade também mencionada em estudos sobre a operacionalização PAA e PNAE e a participação da agricultura familiar, como os de Moreira *et al.* (2021) e Salgado, Souza e Ferreira (2022).

Mesmo com o apoio do CTA-ZM para a construção da Chamada Pública, a UFV tinha autonomia para inserção de produtos, que muitas vezes não respeitava o calendário agrícola e a produção da agricultura familiar local e regional. Houve dificuldade de aproximar a EEx do PAA, no caso da UFV, e os agricultores familiares para a construção da lista de produtos, o que dificultou a aquisição de produtos de acordo com as quantias produzidas, com sazonalidade e incluindo produtos agroecológicos produzidos regionalmente.

Para a E1CTA-ZM, havia uma distância entre quem produzia e quem comprava. Assim, o PAA/UFV torna-se “uma política pensada para agricultura familiar, porém não é acessível aos agricultores e agricultoras familiares” (E1CTA-ZM, 2021). O E3CTA-ZM reforça que “para ser uma política efetiva, ela tem que ser construída com os parceiros. Não pode ser construída entre técnicos. Ser construída com as comunidades, junto com quem tá trabalhando no campo, que é quem vai realmente vai saber da realidade.” (E3CTA-ZM, 2021).

A adequação à realidade socioproductiva da agricultura familiar ainda é uma barreira para a execução do PAA. Mesmo após 18 anos, completados em 2021, da institucionalização da Lei nº 10.696/2003, que define como finalidade o incentivo da produção da agricultura familiar, as EEXs ainda encontram dificuldades para incluir produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade, valorizando a produção de sistemas agrícolas sustentáveis (SALGADO; SOUZA; FERREIRA, 2022). Sperandio e Morais (2021) relatam que a dificuldade de compras de produtos, atendendo às necessidades nutricionais e respeitando os hábitos alimentares na execução de políticas públicas de compra governamental, foi agravada durante a pandemia, sendo prejudicial quando se trata da garantia do direito à alimentação adequada e saudável.

A terceira dificuldade na execução do PAA/UFV, atrelada ao processo moroso e burocrático de uma política pública de compra governamental, refere-se ao prazo de pagamento das notas fiscais. A ECOOPAF apresentou o caso de uma cooperativa que recebeu aproximadamente 90 mil reais e necessitou realizar empréstimos para pagar os próprios agricultores. Os representantes das cooperativas explicam que houve atrasos de pagamentos, em alguns casos, os atrasos prolongaram-se por meses, sendo que as compras ocorreram entre outubro e novembro de 2020, e alguns pagamentos foram realizados em maio de 2021.

A ECOOPAF explica que a cooperativa realizou todos os pagamentos com recursos provenientes dos capitais de giro da organização, para não atrasar os repasses aos seus associados que já estavam com dificuldade de acessar outros mercados durante a pandemia.

A sorte é que a gente tem um capital de giro. O agricultor tá com seu pagamento feito. Nós enquanto cooperativa recolhemos os produtos, né? Os produtos foram entregues e a cooperativa pagou os agricultores. Então os agricultores foram pagos [...] Então assim, a gente conseguiu ainda passar pelos atrasos porque nós tínhamos esse capital de giro. Mas a gente começou ficar um pouco amedrontado porque no início deste ano não entrou receita (ECOOPAF, 2021).

As ações da FBB e o PAA/UFV foram de caráter emergencial e descontínuo. Como eram ações com curto tempo para execução, sendo consideradas ações esporádicas e imediatistas, não visaram solucionar os dois problemas, a dificuldade de escoar produção da agricultura familiar e "erradicar" a fome" das famílias em situação de insegurança alimentar, mas sim contribuir pontualmente com situações sociais que foram agravadas durante a pandemia.

Apesar da importância das ações da FBB e do PAA/UFV do ponto de vista do escoamento da produção da agricultura familiar, após o período de execução das ações, foi necessário repensar estratégias de acesso a outros mercados durante a pandemia. Para a ECCB, as ações foram essenciais “financeiramente para o grupo”, em um período em que parte dos associados “estavam perdendo produtos por não ter onde vender” (ECCB). Por sua vez, a ECOOPAF explica que, devido a descontinuidade dessas ações, a cooperativa realizou um planejamento de vendas, buscando novos mercados.

Segundo a ECOOPAF, outro ponto a ser destacado é que as ações da FBB e a compra do PAA/UFV serviram também como apoio para criação de novos arranjos institucionais para atuação em rede, envolvendo diferentes atores da Zona da Mata de Minas Gerais. A reorganização produtiva e social e a formação das redes foram primordiais para a garantia da resiliência e o fortalecimento da agricultura familiar frente às restrições impostas pela pandemia.

Conclusivamente, nota-se que há uma série de dificuldades, apresentadas por representantes das organizações da agricultura familiar e pelos representantes do CTA-ZM, inerentes aos processos de operacionalização das duas ações. A grande maioria das dificuldades mencionadas nas ações não se repete, em decorrência, principalmente, do período de execução, dos atores envolvidos e dos processos burocráticos e sanitários, que variaram significativamente de uma ação para a outra.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a operacionalização de duas ações emergenciais durante a pandemia da Covid-19. Uma das ações foi financiada pela FBB, com a articulação do CTA-ZM, que já executava projetos financiados com recursos dessa instituição antes da pandemia. A segunda ação foi financiada por emendas parlamentares de deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, sendo gerenciada pela UFV, mas também com papel fundamental do CTA-ZM, principalmente na articulação e mobilização de organizações fornecedoras.

Ambas as ações foram executadas durante 2020, ano que apresentou impactos graves para a humanidade em decorrência da pandemia da Covid-19. Tais ações vieram para suprir duas necessidades daquele momento: a agricultura familiar encontrava dificuldades em acessar mercados, e famílias em situação de vulnerabilidade social não tinham acesso a alimentos de qualidade, o que agravou a insegurança alimentar e nutricional em todo o país.

De modo geral, percebeu-se a importância das compras para a agricultura familiar, que estava desamparada por políticas públicas e por auxílios emergenciais do Governo Federal. O fato de grande parte dos mercados acessados estarem paralisados ou sofrerem alterações de funcionamento impactou, significativamente, a renda de agricultores familiares e comprometeu a sobrevivência de suas organizações coletivas. Em alguns casos, agricultores familiares perderam parte de suas produções por um período de dificuldade de escoamento.

A paralisação dos principais mercados acessados pela agricultura familiar gerou uma grande preocupação, tanto por parte dos agricultores familiares, suas cooperativas e associações, como também por uma rede de atores sociais. É nesse contexto que emergem as ações, como a financiada pela FBB e o PAA/UFV, que foram essenciais para a geração de renda no meio rural durante a pandemia.

As ações só se concretizaram devido a redes de relações entre diferentes atores que atuaram com distintos papéis, a fim de contribuir com a execução das ações da FBB e do PAA/UFV. Os principais atores que participaram das ações foram: (i) na ação da FBB, o CTA-ZM, a UFV, as cooperativas, as associações, os grupos informais de agricultores familiares, as organizações internacionais financiadoras de projetos, as ONGs, as escolas e as prefeituras; (ii) na ação PAA/UFV, o CTA-ZM, a EMATER, as ONGs que atuam com a agricultura familiar e a agroecologia, as cooperativas, as associações, os grupos informais, o CONSEA e o MST.

A partir das análises, percebe-se que os tipos de atores sociais, os tipos de relação estabelecidos, a confiança, o capital social e a dinamicidade tornaram-se elementos essenciais

para a configuração das redes. Enquanto a ação da FBB foi executada a partir de uma rede mais densa, com a presença de laços de intensidade forte, devido à confiança, à articulação entre diferentes atores da Zona da Mata e ao fortalecimento do capital social construídos ao longo de 34 anos do CTA-ZM, a ação do PAA/UFV foi marcada por laços de baixa intensidade e pouco capital social, uma vez que muitas das relações foram construídas, especialmente, para a execução de uma ação específica. No entanto, isso oportuniza a criação de uma nova rede e parcerias que podem atuar em conjunto para defesa da agricultura familiar e agroecologia no estado de Minas Gerais.

As redes de atores envolvidos no processo de compra e de distribuição dos produtos foram essenciais para articular os agricultores familiares e suas cooperativas, associações e grupos informais (fornecedores), e as famílias beneficiadas nas ações. Apesar da importância das ações emergenciais para as famílias beneficiadas e para a agricultura familiar, acredita-se que os desafios, como recursos escassos para adquirir os produtos, problemas logísticos, dentre outros, impediram que as ações emergenciais englobassem um maior número de famílias em situação de insegurança alimentar, como também dificultou a ampliação de aquisição de produtos de organizações e agricultores familiares agroecológicos. Dessa forma, presume-se que as ações emergenciais, sem apoio de políticas públicas, dificilmente ampliarão o número de famílias atendidas e comprometem a continuidade das ações a médio e longo prazo.

A ação da FBB foi um dos primeiros mercados acessados por centenas de agricultores familiares da Zona da Mata mineira na pandemia. Logo após, emergem as novas formas de comercialização e a execução do PAA/UFV. Essas estratégias também contribuíram, de maneira pontual, para a segurança alimentar em um momento em que a fome alcançou níveis históricos no Brasil.

A compra de alimentos da agricultura familiar visava não apenas ofertar produtos para famílias em situação de insegurança alimentar, mas também ofertar produtos de qualidade e com variedade, priorizando produtos agroecológicos. Dessa forma, contribuiu também para o fortalecimento da agricultura agroecológica, um modelo de agricultura socialmente justo e que preza pela sustentabilidade. Contribuir e fortalecer a agricultura familiar agroecológica é avançar em estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, impulsionar práticas, saberes populares e a produção de alimentos que respeitam o equilíbrio dos ecossistemas.

Para a agricultura familiar, a importância das ações está relacionada, especialmente, à geração de renda. No entanto, devido à própria natureza de um projeto que possui início e fins determinados, essas ações foram emergenciais e descontínuas, exigindo dos agricultores familiares a reflexão sobre estratégias inovadoras de acesso a mercados durante a pandemia,

apesar de, em um primeiro momento, devido à desinformação, muitos agricultores familiares pensaram que a Covid-19 seria apenas uma “gripe” e que o período de isolamento social passaria rapidamente.

Com o passar dos meses, a capacidade de resiliência, que é historicamente uma característica da agricultura familiar brasileira, foi reforçada. A necessidade de utilização das redes sociais, para muitos uma novidade, passa a ser novo mercado, a venda direta e “porta a porta” volta a ser necessária, e ações de distribuição de cestas e kits para alimentação, articuladas por redes de fortalecimento da agricultura familiar, passam a ser essenciais num contexto pandêmico.

Dentre as principais dificuldades para a realização desta pesquisa estão a aplicabilidade das entrevistas de maneira remota e o acesso a outros atores da rede de operacionalização das ações, ambos decorrentes da pandemia. Para estudos futuros, sugere-se a análise de outras ações emergenciais, com abordagens teóricas diferentes das apresentadas neste estudo, englobando diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de apresentar a realidade social sob diferentes lentes teóricas, contribuindo com as discussões acadêmicas sobre as ações que foram desenvolvidas na pandemia da Covid-19, cuja literatura ainda é escassa. Além disso, propõe-se explorar as implicações e os benefícios de ações emergenciais para outros atores sociais, por exemplo, as famílias beneficiadas.

Como foram escritos apenas relatórios técnicos para prestação de contas das ações, faltavam informações detalhadas sobre as experiências que pudessem, posteriormente, contribuir para a execução de outras ações emergenciais pelos mesmos atores. Uma outra ação emergencial, com a qual discussões apresentadas neste trabalho contribuíram de forma pontual, já foi executada pelo CTA-ZM, durante o mês de dezembro de 2021, com a distribuição de 2.000 cestas em 17 municípios de Minas Gerais.

Notou-se, a partir das reflexões deste trabalho, que grande parte das ações desenvolvidas pelo CTA-ZM envolve uma rede restrita de atores (cooperativas, associações, sindicatos, financiadores etc.), fazendo-se necessária a ampliação dos contatos, visando tornar a rede menos excludente, o que facilitaria a execução de projetos e ações mais abrangentes.

Outra lição aprendida é que, apesar da agricultura familiar se mostrar resiliente frente à pandemia da Covid-19, é preciso ainda trabalhar a ampliação dos mercados acessados pelas cooperativas, associações e pelos agricultores familiares individualmente, principalmente no período pós-pandemia, para diminuir a dependência de um único mercado. A pandemia mostrou não haver mercados estáveis, sendo necessário traçar várias estratégias, em diferentes cenários, de imersão em diferentes mercados.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.
- ALMEIDA, R. de. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. *In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016. p. 24-41.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18p. Disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=1635678](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678). Acesso em: 27 set. 2021.
- ANTONIO, G. J. Y.; ASSIS, R. L., AQUINO, A. M. Vulnerabilidades e perspectivas da agricultura familiar frente à pandemia de COVID- 19: experiências nos ambientes de montanha da região serrana Fluminense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 4, p. 101–113, 2021.
- AS-PTA. **Solidariedade e Agroecologia: Cestas de produtos agroecológicos da agricultura urbana familiar são distribuídas na cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://aspta.org.br/2021/03/25/solidariedade-e-agroecologia-cestas-de-produtosagroecologicos-da-agricultura-urbana-familiar-sao-distribuidas-na-cidade-do-rio-de-janeiro/#:~:text=mar%C3%A7o%20de%202021Solidariedade%20e%20Agroecologia%20%E2%80%93%20Cestas%20de%20produtos%20agroecol%C3%B3gicos%20da%20agricultura%20urbana,em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20inseguran%C3%A7a%20alimentar>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ATADOS BRASIL. **Como as ONGs estão atuando durante a pandemia?** Disponível em: <https://blog.atados.com.br/como-as-ongs-estao-atuando-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 10 de out. 2021.
- BANCO MUNDIAL. **A agricultura que combate à pobreza é assim**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2016/11/11/cuatro-maneras-de-combatir-pobrezaon-la-agricultura>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELIK, R. S. **Segurança alimentar e fome no Brasil: 10 anos da cúpula mundial de alimentação**. Relatórios Técnicos, 2006.
- BELIK, W.; SILIPRANDI, E. Hábitos alimentares, segurança e soberania alimentar. *In: VILARTA, R. et al. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI*. Campinas: Ipes; 2010. p. 187-95.
- BELIK, W.; SILIPRANDI, E. Hábitos alimentares, segurança e soberania alimentar. *In: Vilarta R. et al. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI*. Campinas: Ipes, 2010. p. 187-195.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 03 de mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 25 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 20 set. 2021.

CAMPOS, A. T.; SCHMITT, C. J. Rede de relações sociais e arranjos institucionais da agricultura familiar na zona da Mata em Minas Gerais, Brasil: Novas formas de governança nas políticas públicas? **GIGAPP Estudos Working Papers**, n. 74, p. 379-398, 2017.

CANESQUI, A. M; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 306 p. 2005

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

CECCONELLO, A. M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 307p. 2015.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENTRO SABIÁ. **Dois dedos de prosa**, n. 95, jul. 2020.

CENTRO SABIÁ. **O Centro Sabiá distribui 500 Cestas Agroecológicas a mais de 2 mil pessoas no Grande Recife**. Disponível em: <https://www.centrosabia.org.br/noticia/centro-sabia-distribui-500-cestas-agroecologicas-a-mais-de-2-mil-pessoas-no-grande-recife>. Acesso em: 05 de jun. 2021.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONAB. **Em ano de pandemia, apoio à comercialização pelo PAA garante R\$7 mil por agricultor**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3798-em-ano-de-pandemia-apoio-a-comercializacao-pelo-paa-garante-r-7-mil-por-agricultor-familiar>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

CTA-ZM. **Conheça a Campanha Periferia Viva**. Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/conheca-a-campanha-periferia-viva-706>. Acesso em: 03 de set. 2021.

CTA-ZM. **Histórico**. Disponível em: <https://ctazm.org.br/pagina-historico>. Acesso em: 03 de set. 2021.

CYRULNIK, B. Manifeste pour la résilience. **Dans Spirale**, n. 18, p. 77-82. 2001.

DESLAURIERS, J. P; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

FBB. **Campanha "Proteja e Salve Vidas" beneficia mais de 16 mil pessoas em Tocantins**. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/component/k2/conteudo/campanha-proteja-e-salve-vidas-beneficia-mais-de-16-mil-pessoas-em-tocantins>. Acesso em: 20 out. 2021.

FBB. **ECOFORTE**. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/ecoforte>. Acesso em: 25 out. 2021.

FERNANDES, S. A de S.; SILVA, R.; CARMO, V. T. Produção de alimentos e segurança alimentar no Brasil durante a pandemia. **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**. v. 1, n. 5, 2021.

FILHO, O. J. S; JÚNIOR, N. N. G. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Caderno Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020.

FLIGSTEIN, N; CYRUS, D. Economic Sociology. *In*: **Anais do International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, 2. ed., 2015.

FRASER, N. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**, 2011, n. 7, p. 617-634.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições**. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (Cepead), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG), 2015.

FREITAS, A. F.; *et al.* **Portfólio PAA-UFV 2020: ações de fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia**. 2021.

FUTEMMA, C.; *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2020.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, M. The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

GREENPEACE. **Toneladas de solidariedade: campanha combate a fome com agroecologia**. Disponível em: [greenpeace.org/brasil/blog/toneladas-de-solidariedade-campanha-combate-a-fome-com-agroecologia/](https://greenpeace.org/brasil/blog/toneladas-de-solidariedade-campanha-combate-a-fome-com-agroecologia/). Acesso em: 01 de set. 2021.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HILLENKAMP, I.; LOBO, N.; TELLES, L. Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19. *In*: NOBRE, M. (org.). **Um meio tempo preparando outro tempo**: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2021. p. 10-21.

JUNQUEIRA, A. H. Circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar na pandemia: protocolo de pesquisa. **SER SOCIAL**, v. 23, n. 48, jan./jun. 2021.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: ABDAL, A., *et al.* **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016. p. 24-41.

LIMA, M. S. C. **A rede ATER Nordeste**: participação e conflitos de interesses no processo de implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER). Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 230p. 2018.

LIN, N. Social capital. **A theory of social structure and action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LIN, N. Social networks and status attainment. **Rev. Sociol**, v. 25, p. 467–487, 1999.

LOPES, I. B.; VIANA, M. M.; ALFINITO, S. Redes alimentares alternativas em meio à COVID-19: reflexões sob aspecto da resiliência. **Gestão e sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3750–3758. 2020.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível da rua no Programa Saúde da Família. 2010. 295f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/FFLCH, São Paulo, 2010.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **RBCS**, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação em estudos de transferência de informação. **Ci. Inf.**, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MATTEI, L. **A crise econômica decorrente do Covid-19 e as ações da equipe econômica do governo atual**. Texto para Discussão - NECAT. 2020.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n.3, p.72-86, 2006.

MOREIRA, I. R. J. *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. **Revista Espacio Abierto**, v. 30, n. 3, p. 196-227, jul./set. 2021

NIERDELE, P. A. Introdução. *In: As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

ONU. **Global Report on Food Crises 2021**. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/global-report-food-crises-2021>. Acesso em: 05 de maio 2021.

PINTO, R. S. **Entraves à participação dos agricultores familiares no Programa Nacional De Alimentação Escolar**: uma análise comparada dos municípios Acaiaca e Sem Peixe – MG. Dissertação (Mestrado Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba, 2017.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, n. 1, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n. 271, 2007.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAUD- MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, 2005.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Disponível em: [http://olparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 03 de maio 2021.

REDE RAÍZES DA MATA. **Propagando nossas raízes narrativas da germinação de uma semente**. Disponível em: [https://itr.ufrrj.br/determinacaoverde/wp-content/uploads/2021/02/livreto\\_final\\_08\\_02\\_2021\\_web.pdf](https://itr.ufrrj.br/determinacaoverde/wp-content/uploads/2021/02/livreto_final_08_02_2021_web.pdf). Acesso em: 10 de set. 2021.

RODRIGUEZ, M. M.; CORTES, V. H. S. Pautas para desarrollar redes de innovacion rural. *In: ÁVILA, J. A.; CARDENAS, J. R. A.; MEDEL, R. R. Del extensionismo agrícola a las redes de innovación rural*. FAO, 2010.

SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, N. V. Estado, segurança alimentar e políticas públicas: Uma aproximação à realidade brasileira. **Revista de extensão e estudos rurais**, v. 1, n. 2, p. 375-396, jul./dez. 2011.

SALDANHA, J. C; ANTONGIOVANNI, L; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos da educação do campo e da agroecologia no norte do Espírito Santo. *In: CAZELLA, A.A; BONNAL, P; MALUF, R.S. Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 137-166.

SALGADO, R. J. S. F.; SOUZA, W. J.; FERREIRA, M. A. M. Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 60, n. especial, 2022.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, jul./ago. 2020.

SANTOS, L. F. *et al.* Implicações das redes sociais para o acesso às políticas públicas: análise em cooperativas da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 329-353, jan./abr. 2018.

SASOP. **Agroecologia e Solidariedade no enfrentamento à pandemia da covid-19**. Disponível em: <https://sasop.org.br/2021/01/agroecologia-e-solidariedade-no-enfrentamento-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 01 de set. 2021.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **SER Social**. v. 23, n. 48, p. 28–52, 2021.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os Efeitos da Pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**. v. 34, n. 100. 2020.

SEAD. **Consulta extrato DAP jurídica do município de Acaiaca**. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Q05QSj0yNzQyMjkyODAwMDExMCZudW1lcm9EQVA9U0RXMjc0MjI5MjgwMDAxMTEwMzIxMDM1MCZ2ZXJzYW9EQVA9My4yJnRpcG89SnVyaWRpY2E=..> Acesso em: 03 de out. 2021.

SEAD. **Consulta extrato DAP jurídica do município de Muriaé**. Disponível em: [http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Q05QSj0xNDY5NjA0NTAwMDE1NyZudW1lcm9EQVA9U0RXMTQ2OTYwNDUwMDAxMjYwNzIxMDkxNCZ2ZXJzYW9EQVA9My4yJnRpcG89SnVyaWRpY2E=.](http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Q05QSj0xNDY5NjA0NTAwMDE1NyZudW1lcm9EQVA9U0RXMTQ2OTYwNDUwMDAxMjYwNzIxMDkxNCZ2ZXJzYW9EQVA9My4yJnRpcG89SnVyaWRpY2E=) Acesso em: 03 de out. 2021.

SEAD. **Consulta extrato DAP jurídica do município de Sem-Peixe**. Disponível em: [http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Q05QSj0wMjc3NjkyMTAwMDE3NiZudW1lcm9EQVA9U0RXMDI3NzY5MjEwMDAxMjcwMjIwMTAyOSZ2ZXJzYW9EQVA9My4yJnRpcG89SnVyaWRpY2E=.](http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/Visualizar?Token=Q05QSj0wMjc3NjkyMTAwMDE3NiZudW1lcm9EQVA9U0RXMDI3NzY5MjEwMDAxMjcwMjIwMTAyOSZ2ZXJzYW9EQVA9My4yJnRpcG89SnVyaWRpY2E=) Acesso em: 03 de out. 2021.

SOUSA, D. N.; RIBEIRO, M. E.; BERALDO, K. A. Impactos da pandemia da covid-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na Cooperato. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 10, p. 1-15, 2021.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. C. Alimentação escolar no contexto de pandemia a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segur. Aliment. Nutr.**, v. 28, 2021.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N. Resiliência: em busca de um conceito. **Rev. bras. crescimento Desenvolv. Hum.**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 104-113, dez. 2006.

TEIXEIRA, C. T. M.; PIRES, M. L. L. S. Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 55, n. 1, jan./mar. 2017.

TELLES, L. *et al.* Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG. *In*: NOBRE, M. (org.). **Um meio tempo preparando outro tempo**: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2021. p. 49-71.

THE WORLD BANK. **Relatório Anual do Banco Mundial**. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/567941468322429653/the-world-bank-annual-report-1994>. Acesso em: 02 out. 2021.

TITTONELL, P. *et al.* Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America – A rediscovery of food, farmers and collective action. **Agricultural Systems**. 2021.

TRIVIÑOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WILKISON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 62-87. 2003.

ZIMMERMAN, M, A.; ARUNKUMAR, R. Resiliency research: implications for schools and policy. **Social Policy Report**, v. 8, n. 4, p. 1-17, 1994.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Nome do(a) entrevistado(a):**

**Idade:**

**Cooperativa:**

**Gênero:**

**Histórico:**

- Quando essa organização surgiu? Qual era o seu objetivo?
- Qual a área de atuação?
- Quais são as atividades desenvolvidas pela organização?
- A organização trabalha com a agricultura familiar?
- A organização já havia participado de alguma ação emergencial como essa anteriormente? Se sim, fale um pouco sobre o processo de implementação.

**Contextualização:**

- Como ocorreu a mobilização dos agricultores familiares para participação no projeto?
- Como vocês avaliam essas ações emergenciais durante a pandemia da Covid-19?
- Quais mercados a cooperativa acessava antes da pandemia da Covid-19? Como eles foram afetados? Sofreram alterações?
- Como estava a situação da cooperativa antes de se associarem ao projeto de cestas agroecológicas?
- Para você, quais são os benefícios gerados para a cooperativa após a participação no projeto? E para os agricultores? E para as comunidades?
- Houve desafios da cooperativa para entregar os produtos? Se sim, quais?
- Você conhece a organização que realizou a distribuição das cestas? Se sim, já conhecia antes da ação?
- Você conhece a organização que financiou a distribuição das cestas? Se sim, já conhecia antes da ação?
- Fale um pouco sobre o processo de compra e venda dos produtos para as ações emergenciais. Como ficaram sabendo dessa demanda? Qual a sua percepção com relação aos preços praticados? Como vocês realizaram as entregas?

**Rede:**

- Aponte os atores envolvidos nesse projeto, pela sua perspectiva.
- Quais os papéis assumidos por cada um deles?
- A cooperativa já se relacionava com esses atores antes da ação? Qual é a relação da sua cooperativa com o CTA-ZM?
- Vocês criaram algum vínculo com novas organizações a partir dessa ação?
- A cooperativa tinha todos os produtos para a venda ou foi necessário algum tipo de articulação para que a venda fosse realizada?

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS ORGANIZAÇÕES ARTICULADORAS**

**Nome do(a) entrevistado(a):**

**Idade:**

**Organização:**

**Gênero:**

**Histórico:**

- Quando essa organização surgiu? Qual era o seu objetivo?
- Qual a área de atuação?
- Quais são as atividades desenvolvidas pela organização?
- A organização trabalha com a agricultura familiar?
- Já haviam participado de algum processo como esse anteriormente?

**Contextualização:**

- Como a organização ficou sabendo da ação e como ela foi contatada?
- De que forma a organização contribuiu no processo de distribuição das cestas?
- Por que a sua organização considera essa ação importante?
- Antes da ação, vocês eram parceiros do CTA-ZM ou foi uma parceria que começou a partir dessa ação?
- Vocês sempre trabalharam com ações emergenciais ou foi uma condição que surgiu frente à pandemia da Covid-19?
- Para você, qual a importância da rede de implementação para a execução da ação?
- Quais atores você identifica como importantes na rede de implementação da ação?
- Na sua opinião, qual a principal contribuição que sua organização trouxe para a distribuição de cestas?
- Qual a importância dessa ação para a agricultura familiar no cenário pandêmico?
- No processo de articulação do projeto, encontraram muitas dificuldades?
- Durante a distribuição de cestas, quais foram os principais desafios encontrados?
- Na rede de implementação, como definiu-se o papel que seria assumido por cada organização?
- Qual é a avaliação que sua organização faz das entregas e da ação em rede? O que vocês poderiam sugerir como melhorias para futuras ações como essa?
- Surgiram novos atores durante o processo?